

Assembleia Intermunicipal

Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões de vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e cinco

--- Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, na cidade de Mangualde, no Auditório da Biblioteca Municipal Dr. Alexandre Alves, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Período de Antes da Ordem do Dia-----

----- 1. Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 09/12/2024;-----

----- Período da Ordem do Dia -----

----- 1. Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM, entre o dia 10 de dezembro de 2024 e o dia 2 de abril de 2025, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 2. Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2024, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

----- 3. Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2025, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea c) do nº 1 do artigo 23º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões;-----

----- 4. Análise, discussão e votação da 1.ª revisão orçamental, do exercício económico de 2025, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

----- 5. Análise, discussão e ratificação, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da autorização de reprogramação do PPI 2025 e da repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referentes aos anos de 2025 e 2026 para a aquisição de equipamentos para a proteção civil intermunicipal, no âmbito da candidatura a apresentar ao aviso n.º CENTRO2030-2024-37 – Proteção civil e gestão integrada de riscos – ITI CIM, para efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 6. Apreciar e deliberar sobre a Proposta do Conselho Intermunicipal de Aquisição dos Serviços de Certificação e Revisão Legal de Contas, por Revisores Oficiais de Contas (ROC) Sociedade de Revisor Oficial de Contas (SROC), nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 setembro; -----

Assembleia Intermunicipal

----- 7. Listagem dos compromissos plurianuais assumidos, entre o dia 16 de novembro de 2024 e o dia 31 de março de 2025, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 9 de dezembro de 2024, nos termos das disposições conjugadas do artigo 104º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;----

--- Intervenção do Público -----

--- Realizada a chamada às dezasseis horas e trinta minutos, verificou-se a falta dos seguintes Deputados: Sandra Cristina Oliveira Cortês, Joana Raquel Guerra do Couto Sevivas, António de Oliveira Giroto, Ana Carla de Figueiredo Luzio, Rui Manuel Simões da Costa, Alexandra Maria Lopes Monteiro, Mário do Carmo Pereira, Luís Miguel do Carmo Ferreira Veiga da Costa, Filomena Maria Tavares Gouveia, Manuel de Sousa e Silva, Sérgio de Almeida Ferreira e João Paulo Loureiro Rebelo. -----

--- Verificando-se a existência de “quórum”, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, Cilene Gomes Lindinho, declarou aberta a Assembleia. -----

--- A Senhora Presidente da Assembleia Intermunicipal informou os presentes que por impossibilidade do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, bem como dos Senhores Vice-Presidentes, de comparecerem à reunião o Conselho Intermunicipal iria ser representado pelo Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, Marco Almeida e pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vouzela, Carlos Oliveira. -----

--- A Senhora Presidente começou por apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco. -----

--- *“A Assembleia Intermunicipal Viseu Dão Lafões, reunida hoje, junta-se ao voto de pesar universal pelo falecimento do Papa Francisco.* -----

--- *Enquanto líder espiritual da Igreja Católica, o Papa Francisco pautou o seu pontificado por uma mensagem de humildade, proximidade com os mais desfavorecidos, promoção da paz, defesa do ambiente e do diálogo inter-religioso.* -----

--- *A sua postura de serviço, coerência e firmeza na defesa dos valores humanos e universais foram um exemplo inspirador para crentes e não crentes em todo o mundo, constituindo-se como uma referência ética e moral num tempo de grandes desafios globais.* -----

--- *Citando Pedro Abrunhosa “Há homens que, pelos atos, transcendem o humano tornando a existência de Deus mais provável”.* -----

Assembleia Intermunicipal

--- A Assembleia Intermunicipal Viseu Dão Lafões propõe a realização de um minuto de silêncio em memória do Papa Francisco e aprova este voto de pesar, dando dele conhecimento à Nunciatura Apostólica em Portugal, à Conferência Episcopal Portuguesa e à Diocese de Viseu. -

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou o mesmo a votação tendo sido aprovado por unanimidade, pelos 33 deputados presentes.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **António Luís Ferreira**, cuja intervenção se transcreve: “Eu entendi, quando fomos abordados sobre a proposta ser conjunta, que ela não seria personalizada, isto é, seria de toda a Assembleia, isto porquê? Porque a nossa intenção inicial era associarmo-nos à declaração de luto nacional que já foi publicada. Havendo esta proposta concordámos que não faria sentido estar a apresentar duas moções, ou seja, a proposta era de que a moção não fosse personalizada, deste ou daquele partido, mas que fosse da Assembleia Intermunicipal”.-----

--- Período de Antes da Ordem do Dia-----

--- **Quanto ao primeiro ponto do período de antes da ordem do Dia – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 09/12/2024** -----

--- Em face da ausência de inscrições, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 33 deputados presentes.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve: “Começo por saudar o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mangualde, Município que hoje nos acolhe, por ter aqui já evocado o 25 de Abril e sua importância. Faço-com convicção e emoção, porque, como a Liberdade e a comemoração da sua reconquista não se suspende, aqui estou também para evocar esse dia inesquecível para os Portugueses. -----

--- Sem memória não se entende o presente e dificilmente se se desenha um futuro. Futuro que todos aspiramos, ou deveríamos aspirar, seja melhor para todos os portugueses e residentes do nosso País. Como por razões de idade já sou mais memória que futuro, não quero deixar de evocar mais este aniversário do 25 de Abril. -----

--- Para além do valor incomensurável da devolução da Liberdade e Democracia ao povo português, o 25 de Abril foi o momento que veio tornar possível a instituição das Autarquias e do Poder Autárquico Democrático, em que CIM Viseu Dão Lafões se integra, dotado de recursos próprios não dependentes do pedido de chapéu na mão junto dos Governos. -----

--- O Portugal de hoje ainda não chegou ao que sonhávamos a 25 de Abril de 1974, mas deu passos de gigante no caminho dos três DDD do programa do MFA, Descolonizar, Democratizar e Desenvolver. Programa mobilizador e congregador de vontades da generalidade dos

Assembleia Intermunicipal

portugueses em pôr fim à Guerra Colonial e à privação da Liberdade a que se sentiam sujeitos. Por isso, em homenagem ao Espírito do 25 de Abril e dos militares seus obreiros, colocarei de parte as habituais retóricas partidárias, nesta data para mim desadequadas, para contrastar o antes e o depois.-----

--- Neste contexto, permitam que parte significativa desta intervenção resulte muito da minha experiência de vida de factos e situações. Experiência de vida que é uma enorme fonte de conhecimentos das pessoas e das coisas, e não se adquire só pelos livros ou mais modernamente fazendo download da Internet. -----

--- Sou dos poucos aqui que viveu quase trinta anos antes do 25 de Abril de 1974 e cinquenta e um anos após o libertador Movimento dos Capitães, a que remotamente estive ligado. À data era capitão miliciano, comandando uma companhia operacional em Gabu/Nova Lamego, na Guiné-Bissau. Sou um ex-combatente, que por imposição do regime de então prestou trinta e seis meses de serviço militar obrigatório, dezoito dos quais em teatro de guerra, em Angola e na Guiné, interrompendo a minha atividade profissional de cinco anos como professor à data da incorporação. Vi morrer homens ao meu lado e até sou ferido de guerra, ainda que ligeiro. Transporte ainda alguns pequenos fragmentos de bala na minha mão direita.-----

--- Nasci em casa dos meus avós porque nessa altura, ao contrário de hoje, não havia maternidades nem assistência materno-infantil. Claro que não houve médico nem enfermeiros a assistir o parto, mas sim uma das pessoas da aldeia com mais habilidade para fazer de parteira.

--- Mas sobrevivi.-----

--- Nos meus tempos de escola primária, em Mosteiro de Fráguas que até nem era das freguesias mais pobres do Concelho de Tondela, a maior parte dos meus colegas ia para a escola descalço, no verão e no inverno, com calor, frio, chuva ou neve.-----

--- Fiz exame da quarta classe em 1955, como era regra, na Escola Primária de Tondela. As várias deslocações para as provas escritas e orais foram feitas a pé, quinze km ida e volta num dia, pois transportes não havia e mesmo não sendo de uma família das mais pobres, dinheiro para o “luxo” do transporte de “carro de praça” não existia. -----

--- Dos que acabámos a 4ª classe apenas dois ou três fizemos exame de admissão aos Liceus e Escolas Técnicas e tivemos aprovação. Hoje, com o que se fez depois do 25 de Abril, todos estão na escola ou em formação profissional até aos dezoito anos, não vão descalços, têm transportes escolares, refeições e também manuais escolares e equipamentos informáticos gratuitos. Criaram-se condições para aumentar a igualdade de oportunidades de sucesso dos alunos, de difícil concretização em todas as sociedades ocidentais.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Aprendi por experiência direta o que era a perseguição política. Vi, com treze anos, o meu pai ser preso pela PIDE, acusado de ser “chefe de uma greve e comandante de uma revolução”, e a invasão sem qualquer mandato judicial da nossa residência, com confisco de documentos das eleições e livros. Perseguição resultante da participação na campanha de Humberto Delgado e da eleição como Presidente da Direção do Sindicato dos Ferroviários do Centro de Portugal, numa lista de oposição, obviamente nunca homologada pelo Ministério das Corporações, como à época era obrigatório. -----

--- Sim porque isso de sindicalismo livre só chegou com o 25 de Abril e a posterior vitória sobre os defensores, ligados ao PCP e extrema-esquerda, da introdução da “unicidade sindical” na Constituição. Uma disputa que levou à criação movimento Carta Aberta, de que fui um dos subscritores como dirigente no pré-Sindicato dos Professores da Zona Centro. -----

--- Frequentei o então Liceu Nacional de Viseu de 1955 a 1962. Sendo de origem rural, não tendo ligações às famílias consideradas da cidade, sempre fui avaliado durante a frequência com médias no mínimo dois valores inferiores aos meus colegas citadinos das famílias socialmente reconhecidas. Mas nos exames nacionais, que então se faziam no 2º, 5º e 7º anos, sempre tive médias pelos menos dois valores acima das deles. Para os que hoje tanto criticam a Escola Pública aberta a todos, este era o conceito de igualdade de oportunidades à época, que alguns saudosistas teimam ainda hoje em defender como desejável. -----

--- Com enormes sacrifícios dos meus pais fui dos menos de cinco por cento dos jovens da faixa entre os dezassete e os vinte e seis anos a entrar na Universidade. Agora, cinquenta e um anos depois do 25 de Abril, mais de cinquenta e cinco por cento dos jovens dessa faixa etária entram no Ensino Superior, número acima da média dos países da União Europeia. Uma enorme democratização social e do acesso ao Ensino Superior, que em Portugal continua a ser ainda o principal “elevador social” da população. -----

--- Por lá aprendi o que foram as reuniões clandestinas e semiclandestinas em Coimbra, e não só. Nunca poderei esquecer uma sessão clandestina de música com Zeca Afonso, realizada em Vale de Azeite, Mortágua, com recolha de fundos para ajudar o Zeca, já então perseguido e impedido de ensinar, pelo regime. Só não sei se hoje ainda há mais algum participante vivo. ---

--- Vivi a experiência da campanha eleitoral da Oposição Democrática para a Assembleia Nacional em 1969, quando votei pela primeira vez já que na altura só se tinha direito de voto aos 21 anos, com a Polícia e Guarda Republicana a ir interromper e a obrigar a dispersar algumas reuniões de opositores em casas particulares ou locais mais públicos, recorrendo à muito parodiada frase “são proibidos ajuntamentos de mais de uma pessoa”. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Vi chegar as pessoas às assembleias de voto com os boletins dentro dos envelopes da União Nacional/Ação Nacional Popular e assim os entregar aos presidentes da mesa, pessoas de confiança do regime. Uma “original forma de voto secreto” e de controlo político do voto pelos senhores da “situação”.-----

--- Nesses tempos eram as candidaturas que tratavam da impressão dos seus boletins de voto e os distribuíam, mesmo que não tivessem acesso aos cadernos eleitorais, de que não constavam a mulheres, a menos que fossem consideradas chefes de família. A extensão do voto universal às mulheres só aconteceu com o 25 de Abril. -----

--- Lembro-me de casos em que apareciam algumas autoridades do regime, em secções de voto onde os resultados não agradavam “à situação”, a anular os boletins de voto da oposição porque tinham um ou dois milímetros a menos nas dimensões, ou porque o papel não cumpria as especificações. Decisões absolutamente discricionárias. -----

--- O que anteriormente referi é apenas uma amostra para que os mais novos compreendam melhor as nossas razões para a defesa intransigente do 25 de Abril. Era o Portugal, do “orgulhosamente sós”, tido em baixa conta no contexto internacional, com a ditadura mais antiga da Europa e em oposição aos seus próprios aliados da NATO, recriminado na ONU pelas posições em relação às Colónias e o seu regime ditatorial.-----

--- Mas para melhor explicar sirvo-me de Manuel Alegre:-----

“Foram dias, foram anos,-----

a esperar por um só dia. -----

Alegrias, desenganos, -----

foi o tempo que doía-----

com seus riscos e seus danos. -----

Foi a noite e foi o dia, -----

na esperança de um só dia. -----

Foram batalhas perdidas, -----

foram derrotas, vitórias.-----

Foi a vida (foram vidas), -----

foi a História (foram histórias),-----

mil encontros, despedidas”.-----

--- Faz hoje cinquenta e um anos, perto das vinte e três horas, as rádios Emissores Associados de Lisboa/Rádio Clube Português transmitem a canção de Paulo de Carvalho” E Depois do Adeus” e à meia-noite e um quarto de 25 a Rádio Renascença transmite a “Grândola Vila

Assembleia Intermunicipal

Morena”. O País acordou nesse dia com uma revolução nas ruas, revolução conduzida pelo Movimento das Forças Armadas, composto por jovens oficiais, que liderou o caminho para a liberdade, derrubando o regime autoritário do Estado Novo que havia sufocado a nação durante décadas e gerando uma enorme mobilização espontânea de apoio da população.-----

--- A Revolução dos Cravos, como ficou conhecida, ainda hoje considerada um exemplo a nível mundial, foi um momento de coragem e esperança. Os soldados, armados com cravos nos canos das espingardas, numa imagem que correu o Mundo, simbolizavam uma luta que não buscava derramamento de sangue, mas sim a conquista de direitos e liberdades fundamentais. Uma revolução em que as únicas vítimas foram civis desarmados que se foram manifestar à porta da PIDE/DGS e foram abatidos a tiro pelos PIDES lá barricados. -----

--- Passados os sobressaltos naturais dos primeiros tempos pós-revolução, Portugal entrou numa nova era. Construiu uma Democracia Política a muitos títulos exemplar para muitos países do mundo, onde a convivência democrática e as alternativas políticas se foram expressando em termos governativos. Deram-se passos de que hoje muitos mais jovens, ou mais esquecidos, parecem não reconhecer a importância. -----

--- Não chegámos tão longe como desejávamos no 25 de Abril, temos ainda dificuldades para superar, como aliás acontece nas restantes sociedades europeias e mundiais. Mas pode responder-se com dados de irrefutáveis progressos aos catastrofistas em relação ao 25 de Abril.

--- Recuperámos o respeito da Comunidade Internacional. Conseguimos eleger Freitas do Amaral Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, temos António Guterres eleito como Secretário-Geral em dois mandatos, tivemos-lo como Alto-Comissário para os Refugiados; tivemos Jorge Sampaio como Alto Representante da ONU para a Aliança das Civilizações e na Europa, para além dos cargos normalmente decorrentes da organização da União Europeia, tivemos Durão Barroso como Presidente da Comissão Europeia e temos hoje António Costa como Presidente do Conselho Europeu.-----

--- As organizações mundiais e europeias reconhecem-nos como um dos cinco países mais seguros do Mundo; o Eurostat nos seus números considera-nos com tendo uma taxa de pobreza abaixo da média da União Europeia e um dos três países que mais cresceram economicamente na União no período imediatamente antes da pandemia e a partir do fim da mesma. O reputado Prémio Nobel da Economia Paul Krugman, considera Portugal um “milagre económico” e um caso de estudo para a maioria dos países da UE.-----

--- Temos um SNS a atravessar cada vez mais dificuldades evidentes, mas que permitiu ao País ser um dos melhores no Mundo no combate à Covid-19 e que o relatório Internacional da

Assembleia Intermunicipal

STATIST 2023, com dados da Organização Mundial de Saúde, coloca exequo com Inglaterra e Alemanha no quinto lugar da melhor cobertura mundial de cuidados de saúde, à frente da Noruega. -----

--- Construimos nestes cinquenta e um anos um Sistema de Segurança Social universal, sendo de lembrar que até 1978 os rurais e outras pessoas que não tinham carreiras contributivas não tinham qualquer pensão de velhice ou invalidez. Sendo certo que não paga pensões tão elevadas como gostaríamos, é considerado no último estudo internacional conhecido, como o décimo oitavo melhor nos países da OCDE. -----

--- Temos um dos melhores Sistemas Educativos e Formativos do contexto internacional, que forma quadros superiores e intermédios altamente reconhecidos e requisitados nos países estrangeiros, neste mundo globalizado. Uma parte procura no imediato melhores remunerações do que aquelas que lhes são oferecidas em Portugal. Mas ao contrário do que se diz por aí, se se consultarem os dados do Observatório das Migrações conclui-se que essa saída tem vindo a decrescer. -----

--- Mas temos problemas que é imperioso resolver e as novas mutações sociais e tecnológicas vão continuar a trazer-nos sempre novos desafios bem complicados. São desafios para que não há soluções milagrosas e que só podem ser vencidos de com a colaboração e negociação por todos das soluções mais consensuais possível. -----

--- O Sistema Judicial funciona devagar demais e em muitos casos de forma duvidosa e discutível como casos recentes têm tornado evidente. A indispensável independência da Justiça não pode servir para cobrir casos de evidente falta de responsabilidade profissional e cívica e o preconceito contra pessoas ou grupos sociais, políticos ou étnicos. -----

--- A perceção sobre a corrupção é elevada e teremos mesmo um número de casos de corrupção nas várias áreas da sociedade que não nos honra e desmerece o 25 de Abril. É certo que o tipo de comunicação social que temos em Portugal, ávida do escândalo e dos julgamentos na praça pública, contribui para a subida do índice que mede a perceção, que não é um dado estatístico científico. Muitos dos que sobre ele falam ignora, ou quer fazer ignorar, que estava em 2023 abaixo dos de outros países europeus, a começar logo pelos nossos vizinhos espanhóis. Mas também é certo que muitos dos que mais falam em corrupção são aqueles que defendem ou são herdeiros das ideias dos anos sessenta do salazarismo, que instituiu, com a lei do Condicionamento Industrial e legislação conexas a “legalização da corrupção política” em Portugal. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Há que dar mais respostas à Juventude, nomeadamente em termos de perspetivas futuras de melhores salários e de condições para constituir família, até como forma de combater o decréscimo populacional. E aqui a questão da habitação acessível é um problema a exigir rápidas soluções a nível nacional e local, sobrepondo interesses coletivos a interesses individuais, mesmo que potencialmente legítimos. -----

--- Temos de nos preparar para criar condições dignas de acolhimento e fixação para imigrantes e suas famílias, pois são eles que já estão e vão continuar cada vez mais a assegurar as nossas necessidades de mão de obra para empresas industriais e de serviços e a garantir a nossa sustentabilidade como sociedade. -----

--- Temos ainda de responder aos desafios do combate às alterações climáticas e requalificação e sustentabilidade ambiental, para bem do futuro de todos nós e do mundo. E para isso muitos hábitos terão de mudar. -----

--- Mas é necessário, em nome da honestidade e transparência, manifestar sem tibiezas que não é com soluções de populismos demagógicos que os problemas dos jovens e os outros referidos se resolvem e que não se consegue fazer tudo ao mesmo tempo. Se a insatisfação e luta para conseguir melhorar são componentes essenciais para progredir, é preciso ter consciência que nas nossas sociedades em rapidíssima mutação e evolução tecnológica os problemas não se resolvem à velocidade com que se faz download da internet ou se comunica nas redes sociais. -----

--- Hoje olhamos para trás, não apenas para recordar os sacrifícios feitos, mas também para nos inspirar a continuar a lutar pela justiça e igualdade. O 25 de Abril ensinou-nos que, juntos, somos mais fortes e que cada um de nós tem o poder de contribuir para moldar o futuro. -----

--- Percorremos um longo caminho desde 25 de Abril de 1974. Portugal é hoje um País incomparavelmente melhor, mais desenvolvido, menos desigual e mais solidário. -----

--- Que as gerações vindouras possam olhar para este dia não só como um marco histórico, mas como um símbolo vivo da determinação de um povo em ser dono do seu destino. Que o espírito do 25 de Abril continue a iluminar o caminho para um Portugal mais justo, mais fraterno e mais solidário. -----

--- Honremos, também aqui na CIM Viseu Dão Lafões, os valorosos Militares de Abril que nos devolveram a Liberdade com o 25 de Abril, que muito aumentou a honra que sinto em ser português. -----

--- Vinte e Cinco de Abril SEMPRE. -----

--- Viva Portugal.”. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada Ana Paula Santana, cuja intervenção se transcreve:
“Muito obrigada por ter tido a consideração de dar preferência a quem primeiramente se inscreveu, pelo menos de facto e não recorrendo ao suporte documental, porque foi uma entrada fantástica. No mês em que comemoramos abril, no mês em que podemos vir aqui de forma livre, espontânea, correta ou errada, podemos expressar tudo aquilo que nos vai na alma e, de facto, o testemunho trazido aqui pelo colega Rui Santos, foi perfeitamente adequado, perfeitamente comovedor. Era bom que este tipo de testemunho, este tipo de postura fosse de facto dado a saber a todas estas novas gerações que desconhecem os testemunhos das pessoas que os viveram na primeira pessoa. -----

--- Eu era de tenra idade, não posso trazer um testemunho desta envergadura, mas posso trazer também muitos testemunhos daquilo que foram os dos nossos entes queridos, que o viveram desta forma. Portanto, estou verdadeiramente sensibilizada. Muito obrigada, colega Rui Santos. Subscrevo na íntegra e todos nós, eleitos pelo Partido Social Democrata, o entendemos e o reconhecemos. E parablenzo também pela forma transversal como o fez, esquecendo a tal demagogia política, que muitas das vezes é utilizada nos discursos de abril. -----

--- E neste mês de abril, também no mês que, paralelamente à comemoração da liberdade, também se homenageou já aqui, através do voto de pesar, homenageou, peço desculpa, se lamentou, mas quem acredita em Deus ficará feliz pela partida para junto de Deus do Papa Francisco. Em tempo que está ultrapassada a Quaresma, quem acredita em Cristo, vive Aleluia e pelas crenças católicas, também é um dia de festa, onde todos, todos, todos, temos lugar, e citando as palavras da digníssima Presidente da Assembleia, que referiu há pouco, em termos daquilo que era a sua preocupação, do Papa, quanto aos grandes desafios do futuro, face ao contexto que vivemos no nosso país e em consciência na defesa que são os interesses da nossa região, que é por isso que estamos aqui, também não poderia deixar de fazer aqui um balanço, daquilo que tem sido o trabalho feito nos últimos tempos em prol da nossa região. -----

--- Estando em exercício um Governo do Partido Social Democrata e salientando o quanto me permitem em liberdade também fazê-lo, realçar o trabalho concreto ao nível da saúde, ao nível da construção da solução que permitiu termos as urgências pediátricas em funcionamento pleno, em forma distinta áquilo que foi as denúncias que aqui muitas das vezes trouxemos a público. Salientar o investimento de significado que tem sido feito nestes tempos de liberdade quanto ao setor da psiquiatria e no Centro de Radioterapia do nosso Centro Hospitalar que serve toda a nossa região. Em termos de mobilidade, a concretização do IP3, em perfil de autoestrada, naquele percurso que foi anunciado entre Viseu e Santa Comba Dão. Também recentemente a

Assembleia Intermunicipal

publicação do Plano Nacional Rodoviário, onde Viseu fica salvaguardado no corredor que une Aveiro – Espanha, passando por aqui, onde, ao invés do percurso exclusivo de perfil de alta velocidade, conseguiremos colmatar e satisfazer o transporte de mercadorias e de passageiros em simultâneo. Algo que muito nos regozija e muito nos leva a concluir que, muito para além do ser e do pensar, porque isso, essa liberdade, deu-nos essas orientações a todos, mas é mais importante é o fazer. -----

--- Depois, também, em termos nacionais, mas com implicação direta na nossa região, não posso deixar de salientar também o trabalho que foi feito ao nível da juventude com a redução dos impostos, designadamente para aquisição da primeira habitação. Também ao nível da devolução de rendimentos às famílias, sobretudo na nossa região onde os valores baixos das pensões e das comparticipações da saúde têm um reflexo significado no orçamento das nossas famílias foi de significado. Ainda em termos de proteção civil e, reportando-nos ao ano de 2024 em concreto, felizmente que a nossa resposta foi muito eficaz, de significado e de atenção. Por último a questão dos serviços públicos e, também aqui incluo, além das valorizações das carreiras, a parte do ensino, onde estas carreiras tiveram uma especial atenção. -----

--- Subscrevendo tudo aquilo que foi a luta pela liberdade, onde todos, todos os partidos tiveram uma influência de significado e positivo, muito me orgulho de dizer que sou militante do PSD, muito me orgulho de ser eleita nesta Assembleia por esse partido e poder vir aqui hoje, em liberdade de expressão, com a consciência do dever e a consciência da verdade, poder transparecer este investimento para a minha região e este saber fazer”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Gonçalo Ginestal**, cuja intervenção se transcreve: “O assunto que me traz aqui tem a ver com os Planos Municipais para a Integração de Migrantes, e pedia também ao Senhor Secretário Executivo que depois nos possa também dar aqui alguns esclarecimentos. -----

--- Começo por congratular a CIM Viseu Dão Lafões pela estratégia criada, para a implementação dos chamados PMIM, os Planos Municipais para a Integração de Migrantes, em coordenação com os municípios, com os players da região, tal como o Centro Distrital da Segurança Social, os Centros de Emprego, e aqui quero reforçar que há um trabalho que já vem de há uns anos para cá, desde que esta vaga de migrantes tem vindo para Portugal, porque nós já demos formação a centenas, senão a milhares de migrantes, em português, língua de acolhimento, e este é um excelente exemplo para a integração dos migrantes nas nossas comunidades, tal como é referido também no programa Integrar. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Dizia eu, os players da região que lidam diariamente com estes migrantes e a articulação com os CLAIM, Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes. Bem sabemos que nem todos os concelhos da nossa CIM Viseu Dão Lafões, ainda têm CLAIM, julgo eu que será precisamente este o propósito da criação destes Planos Municipais, para que todos os concelhos possam ter um CLAIM e dar uma resposta mais atempada a todos aqueles que nos procuram. Sabemos que, em princípio vai ser criado um Gabinete Intermunicipal Itinerante, com focal point e com outro técnico que dará o apoio. -----

--- Percebemos a pressa, não fosse o Ministro da Tutela da nossa área de influência, mas o trabalho já tem vindo a ser feito. Relativamente aos técnicos deste gabinete, aquilo que achamos é que devem ter um perfil muito próprio, nomeadamente estar muito à vontade no atendimento ao público, conhecer bem, ter latos conhecimentos em línguas estrangeiras, bons comunicadores e alguém que seja proactivo e que ajude a resolver verdadeiramente os problemas que os trazem.-----

--- A CIM, e deixo aqui também esta proposta, que já foi deixada anteriormente, numa das outras reuniões que nós tivemos, mas aqui aplicada aos migrantes, que a CIM possa providenciar o transporte a pedido, o IR e VIR, também a estes migrantes, e que os possa levar às áreas industriais, onde trabalham, milhares deles, nos nossos territórios, a preços tal como qualquer um dos portugueses. Ter os técnicos a tempo inteiro disponíveis para que os serviços do Estado, naturalmente desbloquearem as situações. Nós queremos verdadeiramente ser um território de acolhimento e hospitaleiro e, portanto, agradecia ao Senhor Secretário Executivo se nos pudesse dar aqui alguns esclarecimentos sobre esta matéria, seria ótimo para que possamos também, de alguma forma, nos nossos concelhos, pudermos dar as respostas devidas”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **João Tiago Henriques**, cuja intervenção se transcreve: “Realmente cinquenta e um anos depois do 25 de Abril é notável o esforço que fizemos coletivamente, pela maneira como nos conseguimos organizar, como conseguimos desprendermos dos grilhões que nos colocavam no passado e projetarmo-nos para o futuro. E muito deste futuro, é um futuro tão desafiador, como o que vencemos em 25 de abril de 74. Temos hoje uma sociedade completamente diferente, exigências internacionais completamente diferentes, mas é muito melhor estarmos associados a um modelo progressista de desenvolvimento, baseado numa economia social de mercado, numa democracia pluralista, do que em qualquer outro tipo de regime que até ver não conseguiu apresentar soluções melhores, nem garantir às pessoas equidade, liberdade, justiça, acesso ao direito, à segurança social, à educação, à saúde. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Estamos em Mangualde, uma cidade marcada por algum desenvolvimento industrial, que quer mais, quer melhorar, quer acrescentar valor e para isso muito contribuirá, certamente, quando finalmente estiver aberta na sua integralidade a reabilitação da Linha da Beira Alta.

--- Infelizmente, como tem sido tónica na maior parte das grandes obras públicas na nossa região, protelou-se, demorou muito tempo, sucessivos ministros prometeram aberturas sucessivas, uns mais otimistas, outros, aprendendo com os erros dos outros, mantiveram determinado otimismo e, realmente ainda não é possível fazer o percurso na sua integralidade entre Vilar Formoso e Pampilhosa. Mas realmente é uma obra de grande envergadura, uma obra em que houve uma mudança completa do talude, das infraestruturas de carril, infraestruturas de segurança, dos raios das curvas e das inclinações.-----

--- Mas isto não nos deve esquecer de que todas estas obras, e que são fundamentais para alavancar a nossa região, estão vertidas em muitos planos e, não podemos deixar de ficar um bocadinho preocupados com a apresentação do Plano Nacional Ferroviário, que herdou muito do que existia anteriormente, mas que, nas palavras do Ministro que o tutela, Dr. Miguel Pinto Luz, vai dar como principal prioridade à futura alta velocidade ligação Espanha transversal, ou seja, vai haver uma linha entre Lisboa, Porto e Vigo, sim senhora, nós conhecemos a vantagem da fachada atlântica, as reuniões do noroeste peninsular, da fachada atlântica, há décadas que falam nisto.-----

--- Depois a grande dificuldade foi como é que nos amarramos à Espanha central, a Castela. O problema de Galiza está resolvido, como é que nos amarramos a Castela. E foi durante muito tempo consensual que teria de ser pela região centro, não era consensual era como é que se fazia, se se fazia na solução T deitado ou PI deitado, o que é era a PI deitado, era ter uma ligação mais pela Estremadura Espanhola, pelo lado de Badajoz – Cáceres, ou seja, pelo Alentejo, outra, mais a centro do país, que seria no corredor da Linha da Beira Alta. -----

--- Pois o Dr. Miguel Pinto Luz deu prioridade, e isso é público, foi vastamente noticiado, que a grande prioridade da ligação a Castela será por um eixo ferroviário notável, que é o eixo de Trás-os-Montes, Vila Real e Bragança, que é um eixo que está tão bem delineado, que no mapa ferroviário português nunca existiu. E porque é que não existiu. Não existiu porque a Linha do Douro, como todas as linhas feitas no século XIX, aproveitaram os vales dos rios, nós também tivemos isso na nossa região, na Linha do Vale do Dão e do Vale do Vouga, curiosamente já não existem. As linhas que faziam a ligação perpendicular no país, eram a Linha do Sabor, a do Corgo e a do Tua, que também não existem. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Mas porque é que a ligação feita pelo Douro é paga até Salamanca, com os dinheiros portugueses. De Barca D'Alva a Salamanca, não sei se têm conhecimento, aquela linha magnífica que está hoje parada, foi paga no século XIX por empréstimo português, porque era a única maneira de ter ligação à linha ferroviária espanhola. Ora o que é que pretendemos agora dar em prioridade entre Vila Real e Bragança, eu não tenho nada contra os transmontanos, aliás, eles devem fazer um grande trabalho de lobby para conseguirem que o Miguel Pinto Luz, que é de Cascais, consiga desviar a linha que deveria passar no Centro. É que há um grande problema, é que quando todos nós nos lembramos que para fazer a A4, foi preciso fazer o Túnel do Marão, foi preciso vencer todos aqueles vales, foi preciso fazer viadutos, túneis, túneis-viadutos. Se a ligação entre Aveiro e Viseu já é difícil, a ligação entre Vila Real e Bragança e principalmente do Marão é praticamente, tecnicamente difícilíssima. -----

--- Nós engenheiros temos sempre soluções, o problema são os nossos amigos economistas que depois não têm soluções financeiras e por isso, este Plano Nacional Ferroviário enfocando na Linha a fazer a ligação entre Porto, Vila Real e Bragança, por oposição, a prioridade foi dita pelo Senhor Ministro, à posição entre Aveiro, Viseu e Vilar Formoso, que até podia entroncar em Mangualde, na Linha da Beira Alta, porque com a renovação que tem, não sei se sabem mas nós temos mais ou menos doze comboios em cada sentido só, se dividirmos isto por vinte e quatro horas, quer dizer que passa um comboio que ocupa uma linha, sendo por quilómetro mais ou menos cinco minutos, passa um em cada meia-hora, que é o que acontece também no corredor internacional sul que está a ser feito entre Évora e Caia. -----

--- Ora não sendo nós um país muito rico em quantidades enormíssimas de dinheiro, tendo em conta que vamos ter um desafio pela defesa, tendo em conta que a Comunidade Europeia vai querer gastar oitocentos mil milhões de euros de fundos de coesão na defesa, é óbvio o que é que quer dizer este Plano Nacional Ferroviário, é que não vai haver ligação nenhuma nos próximos vinte ou trinta anos, entre Porto, Vila Real e Bragança e também como já é segunda prioridade, também não vai haver entre Aveiro e Viseu, ou seja, vamos ter um IC12, IP3/2, já vimos esta telenovela várias vezes. -----

--- Mas então as pessoas de Lisboa e de Cascais, que curiosamente também têm uma linha muito má que é a única que trabalha com cento e dez volts no país, todas as outras são monofásicas, todas as outras são com alta tensão, era bom que aquele corredor entre Lisboa, Cascais e Oeiras dissesse que realmente não conta connosco para fazer grandes investimentos, porque o eixo Aveiro, Viseu, e peço desculpa dizer Mangualde que é aqui na Linha da Beira Alta,

Assembleia Intermunicipal

além de ficar mais económico tem três vezes mais pessoas e tem dez vezes mais exportações, atuais, porque potenciais tem mais vinte. -----

--- As Agendas Mobilizadoras, que por acaso duas delas são aqui utilizadas neste nosso concelho, uma delas tem a ver com a Mobilidade Elétrica da Stellantis, que é tão só a mais antiga montadora de automóveis no país, a segunda maior, atrás da Autoeuropa e que vai voltar novamente a ter carros a ser transportados na via férrea, representa esse esforço de investimento para terem comboios de quatrocentos e trinta metros, três vezes por semana, poderá significar um acréscimo de mais quatrocentos milhões de exportações, desta empresa que já exporta seiscentos, ou seja, passar para mil milhões. -----

--- Com o projeto de metanol verde, da Capwatt, do Grupo Sonae, estamos a falar de mais oitenta mil toneladas de metanol verde a transportar na linha. Não se justifica que o país olhe para o eixo Aveiro – Viseu novamente, na alta velocidade, em vez de pensarem única e exclusivamente no Porto, Vila Real, Bragança como primeira prioridade, como diz o Senhor Ministro das Infraestruturas. É que eu acho que a CIM também se tem de pronunciar sobre isto, porque isto está escrito, falado e foi noticiado em todo o lado, a prioridade deste Governo não é Aveiro, Vilar Formoso, como foi aqui dito e toda a gente soube isso, todos os órgãos de comunicação viram, foi sim, Porto, Vila Real, Bragança. O eixo Vila Real, Bragança tem duzentas mil pessoas. O eixo Aveiro – Viseu tem setecentas mil pessoas, aproximadamente, em raio direto que é o que se mede normalmente nos comboios, que é colocar em cada estação quinze quilómetros de raio para cada lado. -----

--- É o que estamos a falar, é isto que estamos a falar. Vamos ligar em Puebla de Sanabria, alguém já foi a Puebla de Sanabria? É que a nossa alternativa é ligar a Salamanca, que é a terceira cidade de Castela e Leão, que tem um *interland* de Valladolid, que é a quarta cidade industrial de Espanha. É isto que estamos a falar, não estamos a falar de telenovelas, nem de brincadeiras.

--- O Dr. Miguel Pinto Luz pode ser claro e dizer meus amigos só se justifica em Portugal haver uma linha ferroviária de alta velocidade entre Lisboa, Porto e Vigo e eu digo assim, sim senhor, aceito essa justificação, realmente economicamente é a única que é viável, agora politicamente ele não pode dizer que a região Aveiro, Vilar Formoso, Viseu tem de ser preterida em favor de Vila Real, Bragança, porque senão, nacionalmente até era melhor ter a outra ligação possível, que seria Faro, Huelva, uma vez que o Aeroporto de Faro é o mais importante do sul peninsular a seguir a Málaga. É que se estamos a falar na escala ibérica é assim que temos de falar, não é falar de uma linha que vai atravessar todo o Douro que só em estudos de impacto ambiental para uma zona classificada pela UNESCO, se quando foi a Barragem de Foz-Tua só era um

Assembleia Intermunicipal

paredão e era num único concelho, os senhores estão a imaginar o que é um viaduto ferroviário de alta velocidade, paralelo à A4. Os senhores estão a imaginar o que é isto. -----

--- Por isso eu acho que nós temos de olhar para o mundo com frieza e com o pragmatismo de quem faz contas. O que nos foi dito no Plano Nacional Ferroviário é que daqui a trinta anos, no octogésimo primeiro aniversário do 25 de Abril estaremos aqui a falar do mesmo e por isso resta-nos ter essa esperança de conseguirmos fazer isto, até porque no mesmo Plano Nacional Ferroviário é dita uma coisa que eu não gostei muito, não é por mim, que Mangualde já está servido, é por dizer que provisoriamente o que deve ser tido em linha de conta é a criação de um ramal entre Viseu e Mangualde. Eu não tenho problema nenhum com isso, eu acho é que Viseu não merece isso, não merece um ramal, e é o que está lá dito. É que provisoriamente o que Viseu poderá ter, rapidamente, é um ramal ferroviário, é isto que tem de ser ponderado, com justeza, com frieza e percebermos que a nossa região, realmente precisa de lutar mais para que possa ser mais ouvida, exatamente na mesma situação que já aqui falei na reunião anterior da água. -----

--- Viseu tem de mandar na água de Viseu, não é o Porto nem Vila Nova de Gaia, é Viseu, até porque os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu prestam um serviço notável à região há trinta anos, e isto tem de continuar a ser assim, chama-se a isto autonomia estratégica, para cá dos nossos vales mandamos nós, não nos deixamos ser mandados por outros”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “De uma forma muito rápida, tentar responder à questão que foi colocada pelo Senhor Deputado Gonçalo Ginestal, dar-lhe nota que de facto a Comunidade Intermunicipal desenhou uma estratégia de eficiência coletiva, aliás na última reunião da Assembleia demos exatamente nota disso, um projeto que seria para desenvolver durante o ano de dois mil e vinte e cinco, muito na lógica do apoio à comunidade migrante, e aquilo que ela hoje representa no território e uma oportunidade para a região, de uma forma articulada com os seus catorze municípios, mas também com as instituições da Administração Central do Estado, tem o dever e a obrigação de ter uma estratégia regional e intermunicipal neste domínio de intervenção.---

--- Quando, de facto, foi colocada esta questão em cima da mesa, e uma oportunidade também para muito deste trabalho poder ser feito em rede, a primeira coisa que fizemos foi, a CIM tem uma plataforma de cooperação institucional, tem uma Rede da Coesão Social em que o parceiro chave dessa rede é o Centro Distrital de Segurança Social e é também a Unidade Local de Saúde, podermos juntos na Rede da Coesão Social, discutir este projeto e assim o fizemos. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Na altura em que a Comunidade Intermunicipal decidiu também desenhar esta intervenção integrada, propô-la e discutiu-a na Rede da Coesão Social onde estão estes parceiros, mas está outro conjunto de parceiros como é a área do terceiro setor, nomeadamente as IPSS's, a Rede Europeia de Anti Pobreza, onde está a União das Misericórdias, onde está a Cáritas Diocesana, onde estão as forças de segurança, onde estão os vereadores da área social de cada uma das câmaras, e entendemos que faria sentido ser apresentada uma candidatura intermunicipal, envolvendo todo o território, envolvendo também as nossas escolas, os agrupamentos de escolas que também foram parceiros, envolver estas entidades todas onde os parceiros chave, leia-se, Unidade Local de Saúde, Centro Distrital de Segurança Social e também Instituto de Emprego, fossem de facto parceiros privilegiados no desenho desta estratégia e do consequente plano de ação, até porque interessa neste tipo de intervenções termos sempre uma lógica de complementaridade, uma lógica de alavancagem e não de sobreposição de intervenções.-----

--- E, logo na altura quando começámos a desenhar este projeto, e fizemo-lo desde o início, apercebemo-nos que de facto esta era a estratégia mais correta, até porque um conjunto de intervenções que a CIM estaria na altura disponível a realizar no domínio da capacitação e da formação, verificámos que essa lacuna já era preenchida pelo Instituto de Emprego, com um conjunto de ações de formação e ações de capacitação e, portanto, a CIM iria estar neste caso aqui a sobrepor-se a intervenções que já estão realizadas e, portanto, nesta primeira área dizer que obviamente foi nossa estratégia desde início integrar e falar com a Administração Central do Estado e com as instituições que estão no nosso território para perceber o trabalho que já estava a ser realizado.-----

--- Submetemos também este projeto, esta candidatura, tivemos a boa notícia, há um mês e meio atrás, que a candidatura foi aprovada e já estamos a trabalhar na sua execução. Fizemos uma reunião, há cerca de uma semana atrás, exatamente com estes parceiros chave, com o Centro Distrital de Segurança Social, também com o Instituto de Emprego e com a área de saúde, no sentido de agora, num segundo momento, irmos subir à Rede da Coesão Social para, de facto, haver aqui uma capilaridade da intervenção desta estratégia integrada. E o Senhor Deputado já disse, e bem, portanto, estão previstos realizar um Plano Intermunicipal e catorze Planos Municipais para a Integração de Migrantes, vamos começar desde já, vamos já abrir o concurso público na próxima reunião do Conselho Intermunicipal de maio, exatamente para a elaboração destes planos, onde o que nós queremos com estes planos é que haja uma estratégia regional, alinhada do ponto de vista estratégico e operacional com a estratégia nacional e que depois esta estratégia regional intermunicipal tenha catorze braços armados, sendo que esses catorze

Assembleia Intermunicipal

braços armados são a estratégias de cada um dos municípios, mas que têm de responder, de facto, ao horizontal que é a estratégia da CIM.-----

--- Está referido e bem, que também temos a ambição e temos tido várias reuniões com a AIMA nesse sentido, é ter a criação de um Gabinete Intermunicipal de Apoio à Integração de Migrantes, em que este Gabinete Intermunicipal tem a dupla função de fazer um bocadinho a lógica de integração com os gabinetes que pretendemos que haja em cada um dos municípios, mas também do ponto de vista de uma ligação com a Administração Central do Estado, nomeadamente com a AIMA. -----

--- E depois temos, também, obviamente, um conjunto de ações de dinamização, serviços de mentoria, orientação profissional, e aqui tentaremos também fazer aquilo que é importante, que é fazer o *match* entre aquilo que o nosso tecido institucional, o nosso tecido empresarial, necessita do ponto de vista da formação e do ponto de vista das competências, para depois, de facto, percebermos também que tipo de ferramentas e de competências nós precisamos para a nossa região, para as nossas empresas ou para as nossas instituições. -----

--- Isto é um caminho que se faz caminhando, vamos começar agora a fazer este trabalho, alguns municípios também já o têm vindo a fazer, mas acho que há a necessidade, de facto, de haver aqui uma estratégia intermunicipal neste domínio, é uma estratégia intermunicipal que não é da CIM, é uma estratégia intermunicipal da região e de todas as suas instituições. Portanto, é isto que está previsto fazer a partir de agora neste projeto e nesta área de intervenção da Coesão Social, neste vertical de integração dos Migrantes.-----

--- A questão relativamente ao IR e VIR, depois também posso aprofundar um bocadinho na área da Mobilidade, que irei falar depois na parte da prestação de contas. O IR e VIR hoje, claramente, assume-se como um verdadeiro projeto de coesão social e territorial da nossa região, resolvendo muitos problemas de mobilidade a pessoas que no passado não tinham acesso a essa mesma mobilidade, em franjas de muitos municípios, concelhos, vilas e cidades em zonas de baixa densidade, em diferentes estratos sociais, mas obviamente que, nós a partir de 1 de julho vamos também ter um novo serviço de transporte público de passageiros, mas queremos que, obviamente, o transporte flexível cada vez mais se assuma numa lógica de complementaridade à carreira pública e do ponto de vista das zonas industriais, a Comunidade Intermunicipal já começou a fazer um trabalho com os grandes empregadores, com as zonas industriais, com as empresas das vilas e das cidades que têm polos industriais muito relevantes, para perceber também as necessidades de mobilidade, perceber a origem e o destino e perceber de que forma é que o serviço de transporte IR e VIR pode responder a essa necessidade".-----

Assembleia Intermunicipal

--- Retomou a palavra a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, Cilene Gomes Lindinho, que verificando a inexistência de mais pedidos de intervenção deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

--- Período da Ordem do Dia -----

--- **Quanto ao primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM, entre o dia 10 de dezembro de 2024 e o dia 2 de abril de 2025, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve: “Duas pequenas notas. A primeira é esta, eu gosto muito de ver o meu amigo Marca Almeida ali, mas devo dizer que não consigo perceber como é que tendo a CIM Viseu Dão Lafões e o seu Conselho Intermunicipal, um Presidente e dois Vice-Presidentes, nesta Assembleia não está nenhum deles. Do meu ponto de vista é uma falta clara de consideração pela Assembleia Intermunicipal. Nós sabemos que nós somos para aqui uma coisa retificativa aos bocadinhos. A CIM felizmente começa a ter possibilidades de ter uma intervenção bem larga e grande, porque há uma série de problemas que só podem ser resolvidos no âmbito de uma escala adequada e a CIM é essa escala, mas a CIM não pode ser um órgão que não tem controlo mínimo democrático, não é só por eleições indiretas que se fazem os controlos democráticos. Esta é uma questão antiga que tem a ver com a própria lei que regula, a Lei nº 75, que regula a constituição das CIM's. Esta é a primeira nota. Não é nada especialmente contra as pessoas, mas esta reunião está marcada há muitos dias e, eu sei que há questões imponderáveis, e então se for doença claro que aí não podemos fazer isso, mas é bom que se tenha em conta que nós merecemos um pouco mais de respeito como membros da Assembleia Intermunicipal. Esta é a primeira questão e era uma nota sobre funcionamento-----

--- A outra nota é sobre uma questão que foi aqui levantada, lembrem-se que eu, há bocado, disse que era filho de um ferroviário, só queria dar-vos duas ou três notas. A ligação Aveiro – Vilar Formoso, passando por Viseu, tem um custo mínimo estimado, sendo uma linha de velocidade elevada, que é uma coisa diferente de alta velocidade. Velocidade elevada quer dizer velocidades no máximo até duzentos e cinquenta quilómetros por hora, e além disso possibilidade de utilização para transportes de mercadorias, o que não deve ser feito nas linhas de alta velocidade, que têm um perfil específico e custos, aliás, muito acrescidos. Mas a linha Aveiro – Vilar Formoso custará entre cinco e sete mil milhões, dependendo de como é que

Assembleia Intermunicipal

evoluem os preços, e se formos para a linha, que foi aqui referida pelo João Tiago, pela zona que atravessa e se for linha de alta velocidade, não sei quanto é que vai custar. -----

--- Portanto estas opções quando se atiram para o ar, é bom que se atirem com alguma sustentação. ou seja, e a pena, como dizia há bocado, e já agora voltando ao 25 de Abril, havia uma famosa frase, escrita nas paredes pelo movimento anarquista, que dizia assim “seja radical ou seja moderado”, e, portanto, aqui precisamos de ser moderados para ser radicais, no sentido dos problemas e como os pomos às pessoas, isto é, falemos com clareza e seriedade, porque se estamos a falar a trinta anos, eu não sei que tipo de transportes essenciais vigorarão nessa altura. Portanto estas coisas ou têm um horizonte razoável ou estarmos a discutir estas coisas é estar a atirar barro à parede. É melhor não fazermos isso, não faz nenhum sentido, cinquenta e um anos do 25 de Abril e sobretudo nesta altura. -----

--- Nós sabemos, os partidos existem para tentar conquistar o poder e mantê-lo. Eu sou daqueles que acha que a democracia não se esgota nos partidos, mas sem partidos não há democracia e, portanto, esta é uma questão central. Bom, mas nós estamos a dar com algumas coisas que não são manifestamente suficientes, a Senhora Deputada Ana Paula Santana, esta questão da saúde então é interessantíssima, por acaso tivemos o fim de semana da Páscoa com dez urgências encerradas, coisa que nunca tinha acontecido, este próximo fim de semana parece que vamos ter nove, por acaso o Expresso contou esta semana, e desde o dia 1 de janeiro e até agora já nasceram vinte e uma crianças em ambulâncias. É curioso que agora não se fala nisso, se fosse aqui há uns meses atrás teria sido o fim do mundo, com o Governo então em funções, mas agora parece que essas coisas desapareceram todas. Estes problemas existem não têm solução imediata, nem fácil, mas sejamos claros, acontecem com toda a gente, é melhor a gente não procurar, porque se começarmos aqui a confrontar dados, crescimento anterior e crescimento no ano de dois mil e vinte e quatro, crescimento do emprego, crescimento no investimento, é tudo ao contrário do que os senhores estão a dizer, eu podia estar aqui a ler os dados, mas era demorar muito tempo, isto é só uma nota, mas a gente faz parte da disputa política, está fora de questão. -----

--- É bom que apresentemos aqui as questões, mas de resto a minha questão central foi a primeira e tem a ver com o funcionamento desta estrutura, ela precisa de ter maior controlo democrático e de maior nível de participação, aliás é o maior contrassenso, quando tudo aquilo que são as orientações gerais globais de funcionamento e de desenvolvimento não têm de vir à Assembleia Intermunicipal, são decididas pelo Conselho Intermunicipal. Depois a brincadeirinha das contas que é o que hoje vamos apreciar e mais um orçamento, que até já está tudo mais ou

Assembleia Intermunicipal

menos definido como é que é, é que vêm aqui e até parece que estamos a ter alguma discussão. Há um Conselho Estratégico, eu já fiz parte dele, já fui Presidente da Assembleia Intermunicipal, onde se discute e há pessoas que dão contributos, mas a Assembleia é porque lhe mandam os documentos e conhece, mas discutir não discute, porque a lei também não lhe aponta isso”. --

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada Ana Paula Santana, cuja intervenção se transcreve: “Venho aqui porque o meu nome foi citado. Colega Rui Santos, eu hoje, juro-lhe, eu subscrevo tudo que disse à exceção da última referência, que é verdadeira, só não concordo é com o contexto, porque relativamente ao Plano Nacional Ferroviário e em função daquilo que foi a intervenção do nosso colega, que demonstrou um conhecimento técnico exíguo, parabéns, eu não tenho esse conhecimento, o que eu sei é uma coisa, estamos a falar do fazer há menos de um ano e eu não me importo de ser um apeadeiro ou o que quer que seja, eu quero é, como utente e visiente aqui residente, quero é uma ligação . Gostaria também de ver as suas preocupações, por exemplo, quanto às características da bitola portuguesa em relação à União Europeia, e eu não vi essas suas preocupações nos anos anteriores e isso é que é pertinente. --

--- Quanto a todas as outras observações do colega Rui, eu hoje estou de acordo consigo em quase tudo, muito obrigada, por isso revejo-me nas suas palavras, é a maturidade, é o conhecimento e é a razoabilidade”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **João Tiago Henriques**, cuja intervenção se transcreve: “Eu não falei de bitola de propósito, porque a questão da bitola é uma questão muito técnica, eu falei foi nos trajetos. Os trajetos é que são decisões políticas, porque aos políticos compreende decidir que zonas é que vamos desenvolver e porquê. Com que intensidade tecnológica, com que intensidade financeira, onde é que se vai buscar os subsídios.-----

--- Agora vamos então à parte da bitola. A Espanha, por acaso, recuperou a sua rede ferroviária, que era pior que a nossa, e ainda hoje, sendo muito melhor, tem menos quilómetros eletrificados do que a nossa. A Espanha aproveitou a alta velocidade para fazer um bocadinho do que fez com as autovias e autopistas. Quem anda muito por Espanha sabe que durante muito tempo havia, agora não, o governo do PSOE eliminou a maior parte das portagens nas zonas centrais de Espanha, pela questão do atravessamento e pela justiça económica, o que foi conseguido também, agora, graças ao PS, para a A25, A24 e A23. -----

--- Mas o que é que eles aproveitaram, tinham uma linha muito envelhecida, decidiram melhorá-la para a alta velocidade e para a melhorarem para a alta velocidade, como é um país muito plano, fizeram alta velocidade em todo o lado. E tomaram uma decisão, nuns sítios puseram bitola ibérica e noutros nem por isso, e porquê, porque os engenheiros arranjaram

Assembleia Intermunicipal

uma solução para isso, chama-se os bogies intermutáveis, e o que é que um bogie intermutável, a parte de baixo de um comboio pode muito rapidamente, numa questão de dois ou três minutos, alargar ou encolher, como a bitola ibérica é maior que a europeia, ainda é mais fácil de fazer isso.-----

--- A questão deve ser feita entre se é bitola ibérica ou não, mas não há um técnico do IP que diga que é por causa disso que não há alta velocidade, não há um, porque isso não é uma questão, já não existe isso, isso é a mesma coisa que estarmos a dizer que hoje queremos tratar da rede fixa em vez de telemóveis, smartphones e ligações por satélite. Quem está preocupado com isso, era como as pessoas que estão preocupados hoje em dia em fazer estender a linha fixa de par duplo de cobre. O que é que interessam essas coisas.-----

--- O que este Governo decidiu é que nos próximos vinte anos não há alta velocidade em Viseu, isto foi o que ele decidiu, porquê, porque priorizou e escreveu num documento que tem de ser pedido, é claro que isto pode ser alterado, se estiver outro Governo e houver outro ministro, ir alterar o Plano Nacional Ferroviário, mas andar a mudar planos nacionais foi o que fez com que muitos dos nossos troços principais, nomeadamente o IP3 e IC12, não saiam e já agora era bom que a CIM averiguasse aqui uma coisa importante, deixo este apelo ao Secretário Executivo, passam trinta anos dos estudos de impacto ambiental de tráfico e técnicos do IC12, que hoje se chama A35. Hoje, nos documentos do Plano Nacional Rodoviário, chama-se A35. Os planos, normalmente, de impacto ambiental, técnico, desvios, reserva de traçados têm validade, precisamente, de trinta anos, esses trinta anos passam em maio, o que isto quer dizer é que se não for rapidamente emitida uma autorização superior para revalidar os planos, os planos caem, caindo têm de se fazer novos, como se fez há trinta anos. Ora, como estamos em vinte e quatro de abril, temos seis dias, mais os dias de maio, que são quatro ou cinco, julgo eu, pela data que me disseram, pessoas que estão dentro do assunto, para perceber se cai definitivamente o IC12 ou não. E eu depois lanço o repto, aos Municípios de Mangualde, de Nelas, Carregal do Sal, Santa Comba Dão, que perguntem ao Governo que tipo de estudo é que vai fazer e para que década é que será construído o IC12, porque depois de acabar esse estudo vai tudo voltar à estaca zero”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mangualde, **Marco Almeida**, cuja intervenção se transcreve: “Permita-me que antes de responder às questões colocadas, que deixe aqui uma nota relativamente à questão que foi levantada pelo Deputado Rui Santos. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Não está hoje presente neste órgão o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, nem os dois Vice-Presidentes por força maior e eu vou resumir rapidamente. -----

--- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal encontra-se com problemas de saúde normais da época e não pode estar presente, o Senhor Vice-Presidente, Presidente da Câmara Municipal de Castro Daire, devido a uma situação de luto e pela qual eu apresento as minhas condolências, quer a ele, bem como à sua família, por um falecimento trágico, que aconteceu no dia de ontem, inesperado, também não pode estar presente e o Senhor Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul está fora do país. -----

--- O Conselho, ainda assim, está representado por dois Presidentes de Câmara, que estão aqui com a maior disponibilidade de poderem responder a todas as questões que sejam colocadas ao Conselho. -----

--- Dizer também que, relativamente à questão que foi levantada pelo Deputado João Tiago Henriques, ao Senhor Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, ele poderá responder a essa questão”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “A questão que tem vindo a ser levantada sobre o Plano Ferroviário, essa questão vai ser analisada não só pelos serviços da CIM e também ter análise política na próxima reunião do Conselho Intermunicipal, que se vai realizar em maio, portanto, da parte dos Senhores Presidentes de Câmara e do Conselho, depois, obviamente haverá também alguma tomada de posição política sobre o plano”. -----

--- **Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2024, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Tentar fazer aqui uma apresentação com algum enfoque nas questões fundamentais da prestação de contas da Comunidade Intermunicipal, obviamente fazendo uma mera menção àquilo que são os projetos desenvolvidos, depois numa segunda parte da apresentação, os valores da prestação, não só na sua componente económico-financeira, mas também na sua componente orçamental. Dar nota, como também já é norma na Comunidade Intermunicipal e dos serviços da Comunidade, também felicitar todos os serviços da Comunidade por toda esta documentação distribuída a cada um dos Senhores Deputados, penso

Assembleia Intermunicipal

que é uma documentação exaustiva e esclarecedora, nomeadamente com um relatório de gestão completo e exaustivo, com relato fotográfico daquilo que foi a atividade da Comunidade Intermunicipal no ano de dois mil e vinte e quatro e os documentos foram enviados logo a seguir à reunião do Conselho Intermunicipal, que ocorreu exatamente há uma semana atrás.-----

--- Relativamente à atividade da Comunidade Intermunicipal, tem uma primeira parte experimental, dando nota de toda a atividade que tem vindo a ser desenvolvida pela CIM, as reuniões do Conselho Intermunicipal, as reuniões do Conselho Estratégico e dos vários órgãos da Comunidade Intermunicipal. Tem sido também preocupação da CIM e já a alguns anos a esta parte, ter de facto uma estratégia de comunicação, não só comunicação para fora, das atividades desenvolvidas, mas também para os parceiros institucionais da região, a todos os seus órgãos, não só do ponto de vista de boletins informativos, não só do ponto de vista das próprias redes sociais, e, portanto, dando nota e cada um dos Senhores e Senhoras Deputadas poderem também, através destes meios, aceder e ir acompanhando o quotidiano e a vida da Comunidade Intermunicipal e os vários projetos que vamos desenvolvendo. -----

--- Relativamente à questão, o primeiro ponto aqui da Revista Beira Alta, a Comunidade Intermunicipal, já é sabido, do ponto de vista da Assembleia Distrital, recebeu a Revista Beira Alta e tem vindo, de facto, nomeadamente através da Dra. Fátima Eusébio, que é a diretora da Revista, tendo vindo a apresentar todos os anos novos números da Revista Beira Alta. Paralelamente a isto, a Comunidade Intermunicipal tomou a opção, há uns anos a esta parte, de dar uma nova vida a esta Revista, sem de facto perder a sua autenticidade, daquilo que é o registo da região da Beira Alta, mas nomeadamente do ponto de vista do acesso a essas mesmas revistas, com um site onde hoje, do ponto de vista de investigadores ou do ponto de vista do meio académico, podemos ter a grande, quase a totalidade, das revistas digitalizadas, onde, de facto, facilita o acesso a toda essa informação. -----

--- Do ponto de vista da transformação digital e da modernização administrativa, é sabido, a Comunidade Intermunicipal, já há cerca de quase quinze anos a esta parte, que definiu uma estratégia intermunicipal neste domínio, no sentido de não deixar nenhum município para trás, deste ponto de vista da tecnologia, da desmaterialização e nomeadamente dos serviços aos municípios e às empresas, em que definiu na altura um mote, que era “Um Modelo, 14 Municípios”, e esse trabalho tem vindo a ser feito ao longo dos últimos quadros comunitários, desde o QREN, o Portugal 2020 e o Portugal 2030. Nessa perspetiva, dar nota, que nós estamos, exatamente neste momento, a preparar a submissão de uma nova candidatura no domínio da transformação digital, em conjunto com os catorze municípios, para cada vez mais termos

Assembleia Intermunicipal

câmaras municipais e serviços ao munícipe, cada vez mais desmaterializados, diminuindo os custos públicos de contexto e, obviamente, onde seja cada vez mais fácil aceder aos serviços do município. E fazemo-lo também numa lógica integradora, em que hoje o acesso, em termos de plataformas e também em termos de tecnologias seja exatamente a mesma, quer seja na Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ou seja na Câmara Municipal de Mangualde, isto é válido, por exemplo, na questão do urbanismo.-----

--- Uma outra nota que a Comunidade Intermunicipal tem vindo a trabalhar ao longo do último ano e meio, tem a ver na dimensão das cidades e das regiões inteligentes, nomeadamente naquilo que é designado o projeto da Smart Region. Hoje sabemos e temos um conjunto de informação dispersa, a informação e aquilo que valem os dados e o cruzamento desses mesmos dados, a ciência dos dados, no sentido de esses dados e esse cruzamento de dados dar um conjunto de informação que ajudem na tomada de decisão e, portanto, a Comunidade Intermunicipal, no domínio também dos territórios inteligentes, submeteu uma candidatura que já foi aprovada no PRR, exatamente para trabalharmos esta nova dimensão das plataformas de gestão urbana, das novas tendências que são a sensorização do território, naquilo que é informação disponibilizada para ajudar a tomada de decisão dos decisores, neste caso, dos presidentes de câmara, e, dentro dessa perspetiva nós estamos a trabalhar já em vários verticais, em que um desses verticais, que temos já concluído e que foi apresentado já, há cerca de um mês e meio atrás, é na área da Smart Mobility, na Mobilidade Inteligente, que junta, de facto, aquilo que é a dimensão do transporte público de passageiros, aquilo que junta a dimensão do transporte Ir e Vir e que junta a dimensão do Bike Sharing, a Plataforma Data4mobility, que hoje está de acesso a cada um dos Senhores Presidentes de Câmara e da Comunidade Intermunicipal. -----

--- Nesta área também da tecnologia, dar nota de um projeto piloto, que já foi apresentado na Rede da Coesão Social, e que estamos a trabalhá-lo com a Unidade Local de Saúde Viseu Dão Lafões e também com o Centro Distrital de Segurança Social. Foi um desafio que foi lançado pela Agência da Modernização Administrativa, a AMA é que lançou o desafio à Comunidade Intermunicipal para poder ter um projeto financiado no PRR, o montante não é um montante elevado, mas é um montante do ponto de vista simbólico muito importante, que é para, a chamada tecnologia do 5G, em que nós estamos a identificar franjas de população que recorrentemente vai aos serviços de urgência de um hospital, e estamos a trabalhar com a Unidade Local de Saúde, em que na sua residência possa haver um conjunto de monitorização remota dos dados de saúde, monitorização no domicílio, a comunicação por vídeo, o acesso a

Assembleia Intermunicipal

serviços de saúde remotas e gestão e tratamento de saúde, e, portanto, este é um projeto que nós estamos a trabalhá-lo com a ULS, inclusivamente com um responsável clínico do Conselho de Administração, e estamos a trabalhá-lo também com o Centro Distrital de Segurança Social, para identificar estas franjas e estas localidades. -----

--- Vai ser um projeto piloto e depois do projeto piloto, se for positivo, poderemos ter um acesso a um financiamento para passar de um projeto piloto, para um projeto com maior abrangência, envolvendo os catorze municípios da Comunidade Intermunicipal. -----

--- Também na área da formação continuamos com uma área de capacitação que é decisiva também para a qualificação do serviço público das nossas autarquias, uma formação que temos vindo a fazer sempre à escala intermunicipal. -----

--- No ano de dois mil e vinte e três iniciámos, como estão lembrados, o projeto do BUPi, do Balcão Único do Prédio, um projeto que está a continuar também no ano de dois mil e vinte e quatro e para o ano de dois mil e vinte e cinco, numa nova candidatura do PRR e continuamos com um projeto intermunicipal, envolvendo as catorze câmaras, foi essa a opção que tivemos na altura e em boa hora também o tivemos, de, de facto, ter uma capilaridade de intervenção. Nós temos equipas fixas em cada um dos municípios, mas também temos equipas móveis, que se deslocam nas viaturas, tivemos novamente financiamento para essas mesmas viaturas, que vão ao final da tarde, que vão a um sábado, que vão a um domingo, que trabalham com os Presidentes das Juntas de Freguesia, fazem sessões de esclarecimentos, no sentido de termos uma questão que é estratégica para a região, estratégica para o território e para o país, que é de facto, o cadastro do território. -----

--- Já falei desta questão há bocado, através da Rede da Coesão Social, a CIM privilegia muito e há alguns anos já a esta parte, as plataformas de cooperação institucional, nós entendemos que os projetos, não são projetos da CIM, são projetos da região, onde os vários atores, nos vários domínios se devem identificar, e numa lógica sempre de a Comunidade Intermunicipal se colocar numa lógica de facilitador e numa lógica de complementaridade das intervenções daquilo que muitas instituições hoje já fazem na região, e por isso temos várias plataformas que vão sendo desenvolvidas, várias redes, onde de facto desenhamos muitos dos projetos intermunicipais, e é bom dizê-lo, os projetos não são apresentados como um facto consumado, não, são discutidos antes de eles serem apresentados, recebemos os inputs de cada uma dessas instituições, seja ela qual for a área.-----

--- Uma das áreas que começámos a trabalhar em dois mil e vinte e quatro, foi a Plataforma de Desenvolvimento Rural, uma plataforma que juntámos à volta de uma mesa, um conjunto de

Assembleia Intermunicipal

entidades que são estratégicas, de facto, para o desenvolvimento rural da nossa região e começar também a desenvolver vários projetos neste domínio, em várias áreas. Isto culminou depois dos incêndios de setembro de dois mil e vinte e quatro, e que o Governo lançou o PIF, que foi o Plano de Intervenção Florestal, e no seio da região fomos capazes também, na área da floresta, na área da resiliência da floresta, e fazendo também um *match* com aquilo que é o desenvolvimento rural e a Proteção Civil Intermunicipal, fomos capazes, também, de apresentar um plano à escala regional, consensualizado com os atores, exatamente neste domínio de intervenção.-----

--- Uma das áreas que nós temos é o Centro Europe Direct, que está na Casa do Adro, em Viseu. O Centro Europe Direct, temos-lo desde o ano de dois mil e vinte e um, agora em dois mil e vinte e cinco vai haver novas candidaturas para os Centros Europe Direct, dar nota, que já o disse no passado, o Centro Europe Direct faz duas regiões do país, faz Viseu Dão Lafões e faz a Região de Aveiro. No passado estava em Aveiro a fazer a região de Aveiro e a região Viseu Dão Lafões, e, portanto, agora vai haver uma nova *call* que vai ser lançada pela Comissão Europeia, onde obviamente, a CIM vai novamente candidatar-se para continuar a ter este Centro Europe Direct.

--- Ele tem-se também revelado decisivo naquilo que é a relação entre a Europa, o que a Europa representa para a região e para o país. Têm sido muitos os projetos desenvolvidos com as escolas, também com muitas academias séniores. Em várias escolas, eu estive em alguns sítios, também com alguns alunos e professores, há alguma aliteracia sobre o que é a União Europeia, sobre que países é que fazem parte da União Europeia, o que é que representa a União Europeia e as instâncias da União Europeia para o país, e, portanto, tem sido também muito importante este trabalho. Temos vindo a trabalhar não só com as escolas, também com a Universidade de Aveiro, com o Instituto Politécnico de Viseu, com vários projetos, como a simulação do Parlamento Europeu e, portanto, tem sido também um projeto e uma área de intervenção muito importante. -----

--- Dar nota que, ainda no passado mês de março, recebemos aqui o Encontro Nacional dos Centros Europe Direct, onde estive cá a Senhora Embaixadora, que é a representante da Comissão Europeia em Lisboa, e foi gratificante ouvir do ponto de vista público, numa sessão, em que o nosso Centro Europe Direct é o melhor Centro Europe Direct do país e está entre os cinco melhores da Europa. -----

--- Relativamente à questão da Rede Intermunicipal de Bibliotecas. Nós entrámos aqui nesta Biblioteca Municipal de Mangualde e tinha logo ali um ecrã, nomeadamente a falar de um projeto da CIM, que é o PressReader, que é um projeto onde hoje os leitores e os sócios das

Assembleia Intermunicipal

bibliotecas podem aceder a um conjunto de jornais e revistas de todo o mundo. Um projeto também interessante foi, há três anos atrás, começamos a trabalhar a Rede das bibliotecas com os catorze municípios, a Rede Intermunicipal de Bibliotecas. Isto permitiu ganhar escala, permitiu também termos boas práticas, permitiu ações de *branch marketing*, o que hoje estava testado numa biblioteca, podia ser replicado pelas outras bibliotecas, mas também possibilitou desenvolver um conjunto de projetos. Tivemos aqui no início do ano de dois mil e vinte e cinco, o apetrechamento com equipamentos informáticos de todas as bibliotecas da nossa região, tivemos acesso, aquilo que falei há pouco, que é o PressReader, e tivemos também, obviamente, aqui outros projetos como a BiblioLed, que foi inclusivamente apresentado em Oliveira de Frades, portanto, temos aqui uma nova visão sobre o que deve ser as bibliotecas públicas e daquilo que elas também podem representar para a região e também não estar fechadas sobre si mesmo, e novamente aqui também com a ligação com as escolas, nomeadamente com um conjunto de exposições que têm vindo a circular por todas as bibliotecas da região. -----

--- Uma área que já é conhecida de todos, que é a área do turismo e da promoção turística, a CIM continua e vai continuar, até porque tem competências próprias nesta área da promoção turística, tem vindo a ser feito um trabalho sustentado, organizado ao longo dos anos, com os nossos municípios, mas também é bom dizê-lo, com o Turismo Centro de Portugal, com a Agência de Promoção Externa, como o Turismo de Portugal, e nomeadamente com os privados, com os privados do alojamento, da restauração, do ativo, numa lógica de capacitação, e este trabalho tem se versado fundamentalmente sobre três áreas, nomeadamente a área da estruturação da oferta turística, uma segunda camada importante na capacitação para a qualificação da nossa oferta, e temos feito muitas ações de capacitação com os privados do alojamento, da restauração, do ativo, dos agentes económicos do enoturismo, nomeadamente através de um parceiro que é a AHRESP, do setor, e uma terceira área de intervenção que tem sido na área da promoção, da divulgação e da notoriedade do nosso destino. -----

--- Trabalhamos os produtos turísticos de base intermunicipal, o gastronomia e vinhos, saúde e bem-estar, turismo, turismo, cultura e eventos e o turismo de produto composto, o turismo de natureza. Dar nota que, obviamente, durante o ano de dois mil e vinte e quatro, aqui só umas imagens do que foi exatamente aquela área da capacitação da entrega aos galardões dos restaurantes da nossa região, realizou-se também, no ano de dois mil e vinte e quatro, o evento mundial do *World Cheese Awards*, que também foi um importante momento de promoção do nosso destino e daquilo que é um produto de excelência, que é o nosso Queijo Serra da Estrela, associado ao nosso Vinho do Dão, e, dar nota também que relativamente a isto, no ano de vinte

Assembleia Intermunicipal

e quatro, a região cresceu do ponto de vista percentual mais de catorze por cento em número de dormidas, quando o país cresceu 4 vírgula sete por cento e a Região Centro cresceu sete por cento. Portanto, estamos a crescer o dobro da Região Centro e crescemos três vezes mais que o país do ponto de vista percentual.-----

--- Dar nota também que nós temos vindo a ter a capacidade de haver aqui a duplicação das fontes de financiamento, não só do 2020, do 2030 e também em vários projetos que temos vindo a desenvolver no âmbito do Turismo de Portugal, sempre a tentar captar fontes de financiamento para a nossa região nesta área.-----

--- Associando o Turismo, associamos a cultura, também a Rede Cultural Viseu Dão Lafões, e uma área também que temos vindo a trabalhar no Turismo de Portugal, que é a Rede do Megalitismo e a Rota do Megalitismo. Relativamente a isto a CIM tem a ambição, porque também achamos que temos condições para isso, de classificar o nosso património megalítico, como Património Mundial da UNESCO, estamos a fazer esse trabalho com a Universidade do Algarve e com o Instituto do Património Cultural, IP, e durante a próxima semana iremos ter novidades, porque antes de ser património mundial temos de fazer a classificação desses monumentos como monumentos nacionais, muitos deles, e a CIM entregou, no passado mês de setembro, esse mesmo dossier para a classificação de muitos monumentos, que não eram como monumentos nacionais e devemos ter boas notícias na próxima semana, relativamente a este tema. -----

--- Uma área de intervenção que temos vindo a trabalhar, muito importante no domínio do turismo, do turismo cultural, tem a ver com o saber fazer, com as nossas tradições, com a nossa autenticidade, nomeadamente no domínio do artesanato, da cerâmica, do vidro, da cestaria, do barro negro. Ainda ontem apresentámos aquilo que vai ser a presença da região na Expo Osaka, no Japão, durante a próxima semana, onde vai ser exatamente sobre as tradições, sobre o *hand made*, sobre a questão da tradição da soenga, onde vamos ter uma instalação no Pavilhão de Portugal, sobre uma peça de cada um dos nossos municípios, através também de fotografias que foram feitas para esse efeito.-----

--- Relativamente a uma questão que a Comunidade Intermunicipal tem vindo também a dar um salto muito qualitativo ao longo dos últimos anos, dois, três anos, tem de facto sido na área dos projetos europeus, é aí que estão as grandes fontes de financiamento, é aí que está a grande parte do envelope financeiro e nas mais diversas áreas nós temos sido capazes de criar parcerias europeias, umas vezes a CIM como entidade líder, outras vezes como entidade parceira, nas mais variadas áreas, também aqui na área do turismo, nomeadamente num projeto europeu,

Assembleia Intermunicipal

no domínio do AgroTour, que tem muito a ver com a questão do agroturismo e do potencial que o agroturismo pode ter numa nova porta entrada no nosso território. -----

--- No domínio da Proteção Civil, dar nota também que, é sabido a CIM desde dois mil e dezassete, dois mil e dezoito, tem vindo a trabalhar neste domínio, criou um Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, tem brigadas de sapadores florestais, tem também neste domínio feito um trabalho de uma forma articulada com as entidades que estão no terreno, nomeadamente com o Comando Sub-Regional da ANEPC, o ICNF, a AGIF, no sentido de termos uma estratégia integrada na área da resiliência da nossa floresta e também na área do combate. Portanto, têm sido muitos os projetos que têm vindo a ser desenvolvidos, muitos deles projetos europeus, depois também acompanhámos os fatídicos incêndios que nos assolaram em setembro de dois mil e vinte e quatro e que a CIM fez aqui um acompanhamento juntamente com os municípios naquilo que foi a resposta que foi necessário dar ao território logo no dia seguinte. -----

--- Aqui um projeto, Life Landscape Fire, um projeto internacional. Dar nota que vai receber um prémio europeu no próximo dia 3 de junho em Bruxelas, por uma boa prática europeia daquilo que foi este projeto e daquilo que representou no domínio do fogo controlado, no domínio da silvo pastorícia, um trabalho que fizemos com a Escola Superior Agrária de Viseu e com os nossos parceiros espanhóis, e nós, durante o ano de dois mil e vinte e quatro fizemos apresentações públicas deste projeto, aqui exatamente neste auditório, em Mangualde, fizemos em Madrid e na representação portuguesa em Bruxelas. -----

--- No domínio das alterações climáticas, dar nota que este projeto europeu, o Life Landscape Fire, permitiu termos vinte e cinco técnicos de fogo controlado na nossa região, quando no passado, antes de iniciar o projeto, tínhamos só um técnico de fogo controlado e, esses técnicos de fogo controlado, não é só nos municípios, é também na GNR e nos bombeiros da nossa região. -----

--- O projeto Life Nieblas já é conhecido, projeto que capta água através da neblina. Fizemos dois projetos piloto, um em Vouzela e um em São Pedro do Sul. Um projeto que moveu o mundo inteiro, tivemos jornalistas franceses, ingleses, chineses, alemães, que fizeram várias reportagens deste projeto aqui na nossa região. -----

--- Estamos agora noutro projeto relacionado com a questão das alterações climáticas, também ligado à questão do risco das geadas de Primavera na agricultura, é um projeto que estamos agora a iniciar e a desenvolver e que temos também com outros parceiros europeus. -----

--- Estamos num projeto também muito interessante, aliás nós temos, neste momento, em Viena de Áustria, uma técnica da Comunidade Intermunicipal que está a participar na reunião

Assembleia Intermunicipal

deste projeto, que é um projeto ligado à questão do que é que as alterações climáticas podem implicar naquilo que é a saúde e o bem-estar e do que é que são as nossas termas e oferta termal neste domínio, e, portanto, também aqui as boas práticas no domínio das cidades termais.-----

--- Uma área que a CIM tem vindo a ser chamada, tem a ver com questão dos biorresíduos, através do Fundo Ambiental, recebemos um envelope financeiro e somos organismo intermédio de várias candidaturas no domínio dos biorresíduos. Dar nota que relativamente a isto temos um alinhamento total com a Associação de Municípios do Planalto Beirão, que é ele que de facto, em termos de missão, compete fazer este trabalho, portanto, o que temos procurado aqui é fazer também este alinhamento para que em vez de haver um projeto de cada município da Comunidade Intermunicipal, haja candidaturas conjuntas à Associação de Municípios que concorre à Comunidade Intermunicipal para também termos aqui ganhos de escala neste domínio dos biorresíduos.-----

--- Outro projeto europeu muito ligado com a questão da economia circular e desta questão dos resíduos, é o projeto StopWaste, este projeto é liderado, ao nível europeu, pela Comunidade Intermunicipal e somos chefes de fila desse mesmo projeto europeu. -----

--- Uma área que também temos vindo a intervir nas escolas tem a ver com a questão das cantinas verdes, tem a ver com a questão da alimentação sustentável e tem a ver com a questão do circuito curto de comercialização em que temos o projeto Comer Bem, Crescer Feliz, que tem muito a ver com a questão daquilo que são os recursos do nosso território, introduzir refeições, como a sopa com produtos da região nas nossas cantinas e introduzir um hambúrguer de vitela de Lafões nas refeições, também muito na lógica de trabalhar com os produtores locais, no sentido do circuito curto de comercialização.-----

--- Uma área que temos com a Comissão de Coordenação, tem a ver com o Catalisador Regional de Inovação. O que é que é isto? São oito braços armados que há nas oito Comunidades Intermunicipais. Este projeto é liderado pela Comissão de Coordenação, onde temos aqui a ligação com o sistema científico/tecnológico, com a transferência de conhecimentos e de inovação para as nossas empresas, em que nós temos um pivot que faz a ligação entre aquilo que é o IPV e as Escolas de Ensino Superior da nossa região e a transferência de conhecimento para as nossas empresas. Este é um projeto em que a CIM é, juntamente com as oito Comunidades Intermunicipais da Região Centro, parceira da Comissão de Coordenação.-----

--- Estamos também a trabalhar numa área de espaços de coworking. Nós estamos a tentar com os nossos municípios, nós temos vários espaços de, ou incubadoras ou espaços de coworking, espalhados pelos nossos catorze municípios, estamos agora num trabalho com as câmaras

Assembleia Intermunicipal

municipais de haver, de facto, uma capacitação desses espaços, numa fase de mentoria e de capacitação das equipas que dão apoio aos empresários, aos empreendedores em cada um desses espaços, para depois poder haver uma gestão em rede destes espaços e também uma resposta em rede por parte da Comunidade Intermunicipal. Não é a Comunidade Intermunicipal, aqui um projeto onde juntamos, aquilo que designamos por um triângulo virtuoso, que é a Comunidade, os seus municípios, a Associação Empresarial e também o sistema científico e tecnológico. -----

--- Também no ano de dois mil e vinte e quatro fomos investidores sociais de dois projetos que consideramos relevantes e importantes para a nossa região, onde a CIM se colocou, porque só assim é que se pode colocar, porque não pode ser entidade promotora de investidor social destes projetos, já tínhamos sido no passado, e estão lembrados, com um projeto ligado à saúde oral e à obesidade, através da Ordem dos Médicos Dentistas e da Ordem dos Nutricionistas, em que a CIM fez o rastreio dos cinco mil alunos do primeiro ciclo, relativamente à questão da saúde oral e também à questão da alimentação saudável e, neste momento fomos parceiros de dois projetos de inovação social. -----

--- Uma incubadora de impacto ligada à questão do empreendedorismo social, e, portanto, nós sabemos as dificuldades que há hoje, ao nível do terceiro setor e na resposta, não só das instituições de ensino de ciências sociais, das ERPS do território e daquilo que é resposta do ponto de vista dos postos de trabalho, mas daquilo também que podem germinar novas iniciativas ligadas ao empreendedorismo social e, portanto, isto vai estar diretamente ligado com as nossas incubadoras e estamos a instalar na nossa região uma incubadora de inovação social e temos outro projeto, como a Associação Interioriza-te, que é de Nelas, conjuntamente com a Associação Empresarial de Viseu e com o IPV, ligado à questão da juventude e das políticas de juventude. -----

--- No domínio do sucesso educativo, já conhecem muitos dos nossos projetos, são projetos que estão diretamente alinhados com as nossas escolas, com os vereadores da educação, com vários projetos ligados à literacia ambiental, à literacia alimentar, à questão das alterações climáticas, à questão da literacia financeira. São muitos os projetos que desenvolvemos com as nossas escolas, o nosso Laboratório Móvel que é a *coqueluche* dos nossos alunos, onde temos um laboratório móvel das ciências ligado às questões da qualificação, da robótica, dos fenómenos atmosféricos e que percorre todas as escolas. Mas temos um projeto, que eu gosto sempre de o referir, muito importante, que é um projeto relacionado com aquilo que é a identidade do nosso território, o sentimento de pertença, que é o Descobre e Aprende Viseu Dão Lafões, onde

Assembleia Intermunicipal

levamos os alunos a visitar aquilo que existe na nossa região e, portanto, os alunos de Viseu saem para conhecer o território termal de São Pedro do Sul, podem sair para conhecer o que é a Citroen, em Mangualde, os de Vouzela podem ir ver as termas, os de São Pedro do Sul podem ir fazer pastéis de Vouzela a Vouzela, portanto, muito aquilo que é a relação e o sentimento do que são os nossos produtos, com as nossas empresas, é um projeto que faz os alunos circular pelo território e conhecer a região e ter um sentimento de pertença. -----

--- Na questão da Rede de Cursos Profissionais, estamos neste momento a atualizar o SANQ, Sistema de Antecipação das Necessidades de Qualificação, que já tínhamos feito a última vez em dois mil e quinze, de dois mil e quinze para dois mil e vinte cinco muito mudou no mundo e estamos neste momento a fazer aquilo que é um *match* entre o que é os cursos profissionais que devemos ter no nosso território e aquilo que são as necessidades, do ponto de vista das competências e da formação das nossas empresas e do nosso tecido institucional da região. Temos vindo a fazê-lo com as escolas, vários *focus-group*, onde também tivemos com as empresas, com os grandes empregadores, com as instituições da região, até porque há hoje novos centros tecnológicos que estão a abrir e estão a ser aprovados e a ser desenvolvidos e executados na nossa região, na área da informática, na área das energias renováveis, na área industrial e era necessário também fazer este trabalho. -----

--- Já falei aqui na questão da coesão social, uma outra área que consideramos estratégica e que não tem corrido bem, já há algum tempo a esta parte, que eu acho que era uma grande oportunidade para o país e para a região, que é a questão da habitação a custos acessíveis. A CIM fez um protocolo com o IHRU para financiamento do PRR nesta intervenção e, de facto, não tem corrido bem do ponto de vista do IHRU, com uma grande falta de capacidade de resposta relativamente aquilo que são as propostas dos municípios e da Comunidade Intermunicipal. Isto tem muito a ver com o modelo de governação que foi definido para o PRR. A CIM teve razão antes do tempo e tomou posição na altura, política e pública, sobre isto, que foi entregar o PRR à Administração Central do Estado, uma Administração Central do Estado que não estava preparada para gerir fundos comunitários. E esta falta de resposta tem-se vindo a sentir nas mais diversas áreas, a área da habitação, que era uma oportunidade de trazer novos residentes, associada a uma reconversão dos cascos velhos das vilas e das cidades e de uma nova refuncionalização de serviços públicos. Não tem vindo à velocidade que nós desejaríamos, muito por culpa de um instrumento que não tem a agilidade de gestão que, de facto, se justificava. --

--- Na área da mobilidade e dos transportes, da nota que a partir de um de julho vamos ter finalmente o novo Serviço Público de Transporte de Passageiros na nossa região. Um Serviço

Assembleia Intermunicipal

Público de Transporte de Passageiros mais moderno, que pretendemos que responda mais às necessidades, mais e melhor mobilidade da nossa região, que vai ter três circuitos urbanos. Vai ter um circuito urbano aqui na cidade de Mangualde, vai ter um circuito urbano em Tondela e em São Pedro do Sul. Autocarros que vão estar todos climatizados com ar condicionado, vão ter todos Wifi, vão estar todos rastreados com GPS para podermos através das aplicações de SmartMobility, temos a possibilidade de saber se o autocarro está atrasado ou não e, dar nota aqui também de uma questão que consideramos muito relevante, vamos alterar completamente o sistema tarifário dos transportes. Nós tínhamos muita variedade de passes, nós tínhamos passes que iam desde vinte euros e cem euros, é disto que estamos a falar, e, portanto, não é possível utilizar um serviço público hoje a pagarmos cem euros por um passe mensal e o que nós vamos propor, já foi aprovado no Conselho Intermunicipal e também já tivemos o parecer prévio positivo da AMT, vamos ter um passe de vinte euros, um passe único para circular em toda a região, em toda a nossa rede de transportes. É um esforço que vai haver também por parte dos municípios, porque no final do dia, o défice, obviamente, vai aumentar por força da redução dos passes, mas nós esperamos que este novo tarifário se reflita em mais utilizadores do Serviço Público de Transporte de Passageiros e cada vez uma mais e melhor mobilidade e uma maior utilização do Serviço Público de Transporte de Passageiros. É obviamente isso que nós pretendemos.-----

--- O serviço do IR e VIR já é conhecido. Hoje cada vez mais se assume como um verdadeiro projeto de coesão social e territorial. Nós no período de férias escolares, onde reduzimos a oferta do Serviço Público de Transporte de Passageiros, porque o nosso transporte está assente no transporte escolar, entre quinze de junho de dois mil e vinte e quatro e quinze de setembro, nós transportámos mais de cento e cinquenta pessoas por dia, a mobilizar mais de cinquenta táxis, é disto que estamos a falar, e não temos o Município de Viseu, que vamos ter agora a partir do mês de maio, também ter este Serviço de Transporte Flexível na concelho de Viseu.--

--- O ano de dois mil e vinte e quatro é marcado também pela rede de bicicletas, da Rede BORA, uma rede de bicicletas partilhadas que instalámos nos catorze municípios da Comunidade Intermunicipal.-----

--- Dar nota só que, relativamente ao transporte IR e VIR, que me esqueci de referir, o transporte IR e VIR foi considerado uma boa prática europeia, com dois prémios que a Comunidade Intermunicipal recebeu, não só no domínio do programa URBACT, mas também no domínio do programa INTERREG. Inclusivamente a CIM foi convidada para participar na instalação e na execução de um projeto de transporte flexível, numa região de baixa densidade da Grécia. ----

Assembleia Intermunicipal

---Relativamente à contratualização de fundos comunitários, nós já no 2030 iniciámos a execução do Portugal 2030, numa área também muito importante do apoio às empresas, lançámos o Sistema de Incentivos de Base Territorial. Temos mais de cento e trinta candidaturas, que estamos a analisar, para aprovar às nossas empresas, não só projetos de empreendedorismo de criação de empresas, mas também projetos de expansão de atividade. Fechámos o Quadro Comunitário com execução acima dos cem por cento, durante algum tempo, de facto, andávamos aqui preocupados relativamente à execução do Quadro Comunitário, o Senhor Deputado Rui Santos várias vezes levantou esta questão aqui, e bem, na Assembleia Intermunicipal, era uma situação que estava a ser acompanhada pela Comunidade Intermunicipal, na altura várias razões o justificavam, não só obras de grande envergadura estavam com problemas de execução por falta de empreiteiros, questões relacionadas com o visto do Tribunal de Contas, mas conseguimos encerrar o pacto da CIM com execução a cima de cem por cento, inclusivamente, ainda fomos capazes de captar verbas em regime de overbooking à Comissão de Coordenação, nomeadamente ao PO Centro. -----

---O ano de dois mil e vinte e quatro marca também a assinatura da nova ITI, o Instrumento Territorial Integrado, com mais de cento e dezoito milhões de euros, em várias áreas de intervenção e que agora estão, obviamente os municípios e a Comunidade Intermunicipal, a apresentar as suas candidaturas, uma delas foram já as empresas que apresentaram os projetos e que a CIM está a analisar. -----

---Do ponto de vista patrimonial e das contas. As contas estão claramente escarpelizadas no relatório de gestão, temos a justificação das grandes rubricas, quer do balanço, quer da demonstração de resultados, nomeadamente também uma explicação sobre o que foi as variações das grandes rubricas do ativo e do passivo e também da demonstração de resultados. Nós acabámos com um resultado líquido do exercício, que é aquilo que menos interessa, mas com um valor positivo de trezentos e setenta e cinco mil euros e também temos a explicação das grandes rubricas da demonstração de resultados, que é no âmbito dos custos e perdas, que é do lado das receitas.-----

--- Nomeadamente à questão da execução do orçamento, a receita cobrada ascendeu a mais de dezoito milhões de euros, no ano de dois mil e vinte e quatro, muito por força também da questão dos transportes e da gestão dos transportes hoje, quem leu os documentos apercebe-se, que a questão dos transportes e da Autoridade dos Transportes absorve grande parte também do orçamento da Comunidade Intermunicipal, que é uma área relevante do ponto de vista orçamental. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Do ponto de vista da despesa e da execução da despesa, ela foi muito condicionada pelo atraso da própria execução do Portugal 2030, no atraso do lançamento dos avisos de concurso, dizer que só em março é que nós assinámos a ITI com a Comissão de Coordenação, quando o PO, os fundos comunitários já tinham começado há um ano e meio atrás. Esta execução do ponto de vista das PPI's, das despesas de investimento, o saldo de gerência totaliza mais de seis milhões de euros, aqui também muito por força da questão dos transportes, e grande parte desta também é receita consignada e que também depois no outro ponto, no ponto de vista da revisão orçamental iremos pedir aos Senhores Deputados para a integração do saldo de gerência".-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve: "Duas notas, uma para dizer que eu, há bocado, tive o cuidado de referir que estava a fazer a crítica que fazia às pessoas que são Presidente e Vice-Presidentes do Conselho Intermunicipal, não sabendo qual era a situação. Se nos tivessem dito no início tinham-me poupado a eu dizer isso. A questão é só essa. De qualquer modo apresento os meus votos de rápida recuperação ao Dr. Fernando Ruas, os pêsames ao Presidente Paulo Almeida e no caso do Presidente Vítor Figueiredo, se está para o estrangeiro, o problema é de outra dimensão, é óbvio nestas condições. -----

--- Agora só uma segunda nota. Como é habitual, este é um documento de prestação de contas com um relatório, que é extenso, discriminativo e claro, o Senhor Secretário Executivo habituou-nos fazendo documentos que, de facto, têm pés e cabeça e clareza e que são informativos o suficiente, portanto, acho que é de facto um documento que merece ser bem apreciado e compete também felicitar quem o elaborou, o trabalho que foi feito, para estarmos aqui, deixaria, no entanto, duas notas, uma à margem dentro desta questão. Há bocado falou-se aqui nas bitolas, só para dizer que as conversões de bitolas foram inauguradas com o Sud Express, em Hendaia, para fazer a conversão da bitola ibérica para a bitola europeia, aliás a diferença de bitolas tem a ver com as invasões napoleónicas, por isso é que a bitola ibérica era diferente da europeia, da francesa nomeadamente, é daí que vem essa história, e os espanhóis têm vários sistemas, além disso há outro tipo, que é a possibilidade de haver uma via com duas bitolas ao mesmo tempo, com dois carris num lado, é preciso para isso que as travessas que são instaladas tenham furação adequada para permitir essa situação. Não sou engenheiro, o Deputado João Tiago é que é, mas eu sou filho de ferroviário, que acompanhou durante muito tempo essas coisas, portanto, vem esse conhecimento daí. Mas a questão de fundo das bitolas em Portugal tem outra coisa, que é bom que ponham os pés no chão, começou-se a fazer e está um concurso

Assembleia Intermunicipal

lançado para fazer uma linha de TGV, em bitola ibérica, porque se não for em bitola ibérica fica uma ilha e não há ligação fácil a grande parte da rede nacional. É bom que quem anda a planear essas coisas, pense. Já agora a ligação a Viseu começou a ser discutida em dois mil, era Presidente da CP, na altura ainda era assim, um senhor chamado Crisóstomo Teixeira, que chegou a ser Secretário de Estado dos Transportes e a ligação prevista era a zona de Alcafache, o orçamento feito, já agora, ficam a saber, na altura, num estudo prévio que foi feito, era de cento e oitenta e sete milhões, feito na altura, com certeza iria ficar mais. Está aqui a pessoa que propôs que fizessem uma estação subterrânea em Viseu, o que nos diziam é que era mais três milhões, por isso três milhões, para aquilo que se gasta em Lisboa não é nada, para gastar na nossa região. E além de mais isso fará com quem queira usar o carro para ir até ao Parque Industrial de Coimbrões, se calhar vai até Nelas, e se por acaso ficar em Viseu, de certeza que não há uso de carro e há uso de transporte público.-----

--- Mas isso são outras questões, de outras histórias. Não queria aqui deixar de reparar a questão da crítica que eu fiz aqui, por razões que agora foram apresentadas, que justificam que as pessoas não estejam cá. Situações imprevistas que podem acontecer sempre, e, portanto, este Órgão, se virem no organograma, é o principal Órgão da Comunidade, aliás como as Assembleias Municipais são o principal Órgão dos Municípios, às vezes esquece-se um bocado, mas é outra questão, e por respeito por aquilo que são os princípios da democracia, estamos a falar em vésperas do 25 de Abril, este é um dos princípios do respeito das regras institucionais e da relação entre órgãos, que a separação de poderes é indispensável ao exercício da democracia, por isso fiz aqui questão de dizer, não há Presidente da CIM, há Presidente do Conselho Intermunicipal, há Mesa e há Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, nos nossos órgãos. Às vezes dá jeito para fazer alguns números, mas eu sou muito contra esses números e com a minha idade já não ando à procura de fazer número”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Vítor Fernandes**, cuja intervenção se transcreve: “Começo por felicitar pela boa apresentação que nos foi aqui feita deste relatório de gestão, só quero aqui deixar duas pequenas questões. A primeira tem a ver com a competência da CIM no âmbito dos incêndios e, como sabeis, Penalva do Castelo foi um dos concelhos bastante afetado pelos últimos incêndios que ocorreram. Dos vários relatos que foram feitos sobre o acontecido, havia dois aspetos que envolviam a CIM, um deles era bastante elogioso sobre a intervenção das Equipas de Sapadores que auxiliaram bastante no concelho de Penalva do Castelo, e esse foi talvez o aspeto mais significativo, mas menos positivo foi a referência de que, em outras alturas, havia concelhos vizinhos e próximos, que normalmente auxiliavam quando necessário

Assembleia Intermunicipal

e que desta vez não puderam aparecer e associavam isso às competências das CIM's que estão envolvidas neste caso, dando a entender que eventualmente não haveria a melhor articulação entre as diferentes CIM's para que esses outros concelhos pudessem estar presentes. É a questão que deixo aqui, se de facto há alguma dificuldade nessa intervenção entre as diferentes CIM's quando se trata deste tipo de catástrofes. -----

--- A segunda questão tem a ver com o fornecimento dos produtos que foram aqui referidos, designadamente tendo em vista a alimentação nas escolas, falou-se na sopa, falou-se nos hambúrgueres, e, eu só deixava aqui no ar se isso não poderia ser também alargado, de forma a permitir o envolvimento das IPSS's. Não sei, acho que também seria uma questão pertinente".

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Luís Paiva**, cuja intervenção se transcreve: "Eu começaria esta pequena intervenção por agradecer ao Senhor Deputado Rui Santos pela sua primeira intervenção, porque me recordou o porque é que eu hoje posso estar aqui a exercer este meu direito e, porque, principalmente, se calhar sou, ou faço parte, da primeira geração que beneficiou fortemente de tudo que amanhã se comemora, até porque sendo eu de família digna, mas humilde, com pai barbeiro e mãe doméstica, dificilmente teria qualquer tipo de oportunidade naquele passado que já lá vai distante. -----

--- Entrando aqui neste assunto, pelo qual, particularmente e profissionalmente me interessa, eu gostaria de dizer que temos presentes os documentos de prestação de contas do exercício económico de dois mil e vinte e quatro, apraz-me registar a forma competente e exaustiva como os mesmos foram elaborados, o que atesta a qualidade e capacidade dos técnicos e funcionários desta CIM Viseu Dão Lafões, e que já foi aqui referido por outros colegas, pela descrição das atividades e inúmeros programas que são levados a efeito na região, há a certeza de que este organismo tem cada vez mais uma importância capital na resolução dos vários problemas que os municípios integrantes têm em comum, indo mais além na criação de valor, e promovendo iniciativas e soluções inovadoras em rede. A atividade é crescente, de qualidade, em várias áreas de ação e muito relevante na defesa destes territórios do interior. -----

--- Relativamente às demonstrações financeiras, cada vez mais detalhadas, tendo em conta a aplicação da norma da contabilidade pública 26, as mesmas demonstram uma solidez financeira de realçar, onde o património líquido apresenta valores importantes, suportados também por resultados líquidos positivos em crescente, num montante expressivo, sendo na causa pública, mas também é importante demonstrar a solidez das instituições. O grau de execução financeira da receita, noventa e quatro por cento, deve ser enaltecido e se para a despesa esse mesmo

Assembleia Intermunicipal

grau de execução não ultrapassou os sessenta e quatro por cento, as razões foram identificadas e explicadas em detalhe no ponto cinco ponto 2 do documento aqui em análise e discussão. ---

--- A certificação legal de contas dá o conforto a todos, de que há uma entidade exterior que fiscaliza os requisitos legais aplicáveis no trabalho que resulta dos técnicos e funcionários ligados a esta área, analisando as demonstrações financeiras, bem como os movimentos contabilísticos no seu geral, garantindo, pelo que se observa no documento em causa, e refiro-me à certificação legal de contas, que e passo a citar *as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e quatro*, fim de citação. Desta forma, a bancada do PSD vai votar favoravelmente todos os documentos de prestação de contas do exercício económico de dois mil e vinte e quatro”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Abel Dias**, cuja intervenção se transcreve: “O que eu trago aqui é uma coisa muito simples e prende-se com o projeto Descobre e Aprende em Viseu Dão Lafões. Queria louvar esta Comunidade pelo que atingiu no ano passado, segundo o site foram à volta de três mil e quinhentos alunos que visitaram diversos locais, o que é muito bom.

--- Deixo o alerta em relação a este ano, depois de uma conversa informal com o Dr. Nuno Martinho, apercebi-me que houve uma alteração no regulamento deste projeto. A razão que me foi dita, foi que tem de haver contenção de custos, isto é, temos de reduzir os custos. Só que introduziram dois critérios que no meu ponto de vista são redutores demais. Segundo me foi dito, este ano, no projeto para este ano, cada município só pode ter direito a duas viagens, isto é, a dois autocarros, a cem alunos de cada município. E também um outro fator redutor foi o sítio que vão visitar, cada sítio indicado pelos municípios só pode ter duas visitas financiadas e este financiamento, estamos a falar dele a cem por cento, logo a Comunidade financia a cem por cento a deslocação de cem alunos de cada município a dois lugares e fecha. -----

--- Vou vos dar um exemplo, eu sou de Oliveira de Frades e irei este ano, com cem alunos, visitar em Cabanas, a Casa do Aristides Sousa Mendes, de modo que Oliveira de Frades já não pode ter mais visita nenhuma, porque eu levo cem alunos e a Casa de Aristides Sousa Mendes também já não pode ter mais visita nenhuma financiada durante o ano. Ora bem, o que é que eu quero dizer, se isto é verdade, eu acho que isto é redutor demais, e acho que deveríamos pensar novas formas. Primeiro, o projeto tem valor? Claro que tem. Segundo, como é que o podemos financiar? Sei lá, em vez de ser a cem por cento, a cinquenta por cento, de modo que as pessoas possam também contribuir alguma coisa, que os municípios também financiem de outra forma e, também aquela ideia que o colega disse, que eu acho que tem todo o valor, que é abri-lo não

Assembleia Intermunicipal

só aos alunos, mas por exemplo, às universidades séniores, às IPSS's. Isto é, se o projeto tem valor, se achamos que isto tem valor, então também temos de pôr dinheiro nisto e não fazermos ao contrário, que é, no ano passado foram três mil, este ano se todos os municípios concorrerem são mil e quatrocentos alunos, de modo que alerto só um bocadinho para esta dimensão. Falo disto porque lido diretamente com isto e acho que estes dois mecanismos estrangulam um bocado o valor que nós reconhecemos neste projeto". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **António Luís Ferreira**, cuja intervenção se transcreve: "Não obstante a excelente e expressiva apresentação a que assistimos, porque o acompanhamento e avalio no terreno, não poderia deixar de destacar o excelente trabalho que esta CIM vem fazendo no setor da educação. -----

--- Ao destacar a Educação não quer dizer que não valorize outros temas. Aliás, apreciei a veemência e entusiasmo com que o deputado João Tiago abordou o plano ferroviário, mas também fiquei descansado por perceber que os responsáveis da CIM estão atentos, estão a analisar o plano apresentado por este governo e apresentarão uma proposta que defenderá este território e as pessoas que o compõem. -----

--- O deputado João Tiago afirma que nos próximos vinte anos não vamos ter rede ferroviária nenhuma, mas, na verdade, hoje temos um plano para discutir, enquanto nos anteriores vinte anos, ao nível da ferrovia, não tivemos nada que pudéssemos observar e não podemos esquecer que três quartos desses vinte anos tiveram o PS como governo e que no quarto restante o governo PSD teve de gerir o plano mais agressivo que a democracia conheceu (memorando de entendimento da TROIKA), herdado do PS. -----

--- A proposta de plano ferroviário apresentado pelo governo pode necessitar e vir a sofrer alterações e aperfeiçoamentos, mas trata-se de um bom ponto de partida, trata-se de algo de concreto. -----

--- Como também gosto de abordar o tema da Saúde, não posso é ser injusto e exigir que num ano se corrijam problemas estruturais criados ao longo de vinte anos, não obstante não concordar nada que hoje a Saúde esteja pior do que estava há um ano. -----

--- Temos de ter presente que na Ferrovia, na Saúde, na Educação e noutros setores do estado muitos problemas são estruturais e que se foram agravando ao longo dos últimos vinte. Só por ilusão ou demagogia se pode pensar que os problemas estruturais se resolvem todos num ano.

--- Mas centrando-me no tema da minha intervenção, passo a ler algumas notas que registei. -

--- Não desprezando as vertentes técnica e de gestão de receitas e despesas, nem subvalorizando qualquer outra área de atividade da CIM, devemos prestar o reconhecimento

Assembleia Intermunicipal

pela visão estratégica que vem sendo demonstrada ao longo dos anos através da aposta na educação. Todas as áreas de atividade da sociedade e todos os setores do estado são muito importantes, algumas de importância vital, de que é exemplo a saúde, mas nenhum é tão estrutural e estruturante como a educação. -----

--- Desde a constituição desta comunidade intermunicipal que os seus principais decisores nos confrontam com essa visão e foram desenvolvendo a sua missão com medidas concretas e abrangentes, conforme o relatório de gestão de dois mil e vinte e quatro tão bem expressa.----

--- Na antecipação de necessidades de qualificação, desde o ano letivo 2015/2016, que a CIM Viseu Dão Lafões tem um papel decisivo na rede de oferta formativa de cursos profissionais em Viseu Dão Lafões. Suportando-se num diagnóstico regional de necessidades de qualificação, em parceria, nomeadamente, com a ANQEP, a DGEstE, os Municípios e as Escolas, a CIM concilia e conjuga na rede de oferta de cursos profissionais das escolas, sobretudo, os interesses e aptidões dos alunos, a capacidade instalada das escolas e as necessidades do mercado de trabalho regional.-----

--- Na promoção do sucesso educativo, desde o final do ano de dois mil e dezassete, que a CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios associados têm vindo a desenvolver medidas diversificadas e diferenciadoras de combate ao insucesso escolar, numa ligação estreita e direta com as escolas, como complemento do trabalho implementado por estas. Com este projeto a área de abrangência da CIM usufrui de condições para proporcionar uma educação mais inclusiva, com mais equidade, geradora de mais oportunidades e com melhores índices de sucesso escolar efetivo. Muito mais importante do que ambicionar sucesso quantitativo é a criação de condições para o sucesso qualitativo, numa visão holística da formação.-----

--- Pelo Laboratório Móvel das Ciências, por mais um ano, a itinerância pelos agrupamentos de escolas do território, no ano letivo 2023/2024, proporcionou aos alunos dos 2º e 3º anos de escolaridade ambientes motivadores na abordagem de temas na área das ciências. -----

--- Pelo projeto “O Futuro é amanhã”, através do jogo de tabuleiro Science Breakout “Apanhados pelo Clima”, se promoveu a literacia ambiental. -----

--- Pelo projeto “Explorastórias”, aos alunos da Educação Pré-escolar proporcionaram-se atividades que aliam o gosto pela leitura à literacia científica. -----

--- Pela iniciativa “Descobre e aprende em Viseu Dão Lafões”, é dada a oportunidade de alunos e professores visitarem e conhecerem infraestruturas, recursos e iniciativas com relevância pedagógica dos 14 municípios desta CIM, enriquecendo o processo ensino/aprendizagem pela partilha de conhecimento ao nível dos recursos e das práticas.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Pelo programa de empreendedorismo nas escolas, desde dois mil e onze, concretizando a 12ª edição no ano letivo 2023/2024, que este programa incentiva e dá expressão à criatividade, originalidade e espírito de iniciativa aos nossos jovens na criação de ideias de negócio.-----

--- Pela iniciativa “Comer Bem, Sorrir Melhor”, são prevenidos e combatidos problemas de higiene oral e de obesidade identificados nas crianças dos 6 aos 10 anos.-----

--- Pela iniciativa-piloto “Comer bem, Crescer Feliz”, dinamizaram-se ações pedagógicas promotoras da literacia alimentar, em Jardins de Infância e Escolas Básicas da CIM Viseu Dão Lafões.-----

--- Pelo projeto “Living the Future Academy”, projeto aprovado na sequência de uma candidatura da Universidade de Coimbra ao PRR, conta com a parceria da CIM Viseu Dão Lafões e que tem como principal atividade a promoção de programas e cursos de formação inovadores, adaptados a diferentes segmentos da população, em coordenação com empregadores e organizações económicas, sociais, políticas e territoriais. -----

--- Estas dez iniciativas merecem o nosso reconhecimento e oferecem-nos o conforto da percepção de que a qualidade da educação dos nossos jovens está assegurada pelo trabalho conjunto e articulado entre a CIM, os municípios e as escolas.-----

--- Se a esta dinâmica regional juntarmos os investimentos em curso e previstos pelo estado, a pacificação do ambiente escolar que o Ministério da Educação garantiu, a par das medidas de valorização e atração da carreira, entre outras iniciativas estruturais e legislativas que estão a ser trabalhadas para resolver o problema da falta de professores, temos fortes razões para acreditar no sucesso das próximas gerações e num futuro mais próspero para a sociedade”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mangualde, **Marco Almeida**, cuja intervenção se transcreve: “Algumas questões que foram aqui colocadas, que eu vou passar mais uma vez ao Senhor Secretário Executivo, não deixando passar a oportunidade de deixar um agradecimento também, já o fizemos anteriormente, mas é sempre bom reforçarmos, um agradecimento ao trabalho dos técnicos da Comunidade Intermunicipal pela forma como elaboraram este documento de prestação de contas, relativamente ao exercício do ano de dois mil e vinte e quatro, até porque é um documento bem esclarecedor, tal como já foi aqui abordado anteriormente, e que nos deve orgulhar, e por isso, mais uma vez reforçar aqui esta nota, que já aqui foi dito anteriormente pelos Senhores Deputados”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Na sequência da intervenção do Senhor Deputado Vítor Fernandes, dar nota que, relativamente aquilo que foram os incêndios de dois mil e vinte e quatro, nomeadamente

Assembleia Intermunicipal

também no Município de Penalva do Castelo, o Senhor Presidente de Câmara, numa reunião do Conselho Intermunicipal, logo subsequente aos incêndios, deu nota e pediu que ficasse em ata, o agradecimento à Brigada de Sapadores da Comunidade Intermunicipal, pelo trabalho de excelência, de esforço e dedicação que realizaram, não só no combate, mas também na fase de rescaldo que tiveram em Penalva do Castelo, mas também tiveram em vários municípios desta Comunidade Intermunicipal. Portanto, é um motivo de orgulho, por parte dos Senhores Presidentes de Câmara, mas também do próprio ICNF, que várias vezes nos fazem elogios sobre o trabalho da nossa Brigada de Sapadores Florestais. -----

--- Relativamente ao que o Senhor Deputado também referiu na questão da resposta das corporações vizinhas, eu durante esses dias também tive o cuidado e passei grande parte do meu tempo no Comando Sub-Regional, junto do Comandante Miguel David, para exatamente acompanhar aquilo que foi e para me aperceber, que também é importante, uma coisa é aquilo que nos dizem, outra coisa é estar ali a acompanhar, e estive algumas horas até de madrugada, para perceber a aflição do que estava a acontecer. Vários presidentes de câmara, vários vereadores, vários comandantes de bombeiros que estavam no teatro de operações, de facto a ligarem a dizerem que precisavam de meios. -----

--- Foi uma realidade do país, o nosso dispositivo está preparado para um conjunto de ignições e nós tivemos no país e na região, durante aqueles dias e aquelas horas, cerca de cinco, seis vezes mais incêndios e ignições, do que o dispositivo está preparado, e, portanto, a questão da falta de meios foi uma realidade em todo o lado. -----

--- A questão que o Senhor Deputado se deve estar a referir, que é discutido muitas vezes, e tem vindo agora também a ser discutido, é a questão dos comandos sub-regionais ou a questão dos comandos distritais, a questão das corporações, eu acho que estas questões sempre existiram, não tem muito a ver com a questão da orgânica do sistema, o que nós entendemos e a CIM tem vindo a trabalhar nisso, é que nós temos neste momento uma estrutura à escala das Comunidades Intermunicipais com o comando sub-regional, temos a própria gestão integrada de fogos rurais também numa arquitetura piramidal, onde temos a questão da NUT2 e depois temos a questão da NUT3, com cada uma das Comunidades Intermunicipais. -----

--- Aliás o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM preside ao órgão deliberativo nomeadamente na Gestão Integrada de Fogos Rurais e temos a questão dos fundos comunitários e nomeadamente no domínio da proteção civil e dos riscos e da resiliência da floresta, também os fundos muito ajustados aquilo que é a estrutura das Comunidades Intermunicipais, e dar nota, que relativamente a isso a própria Comunidade Intermunicipal,

Assembleia Intermunicipal

naquilo que é os meios e a resposta, já lançou um concurso público nomeadamente para os meios da proteção civil, numa verba que tem reservada na ITI, e é bom dizê-lo, esses meios e essa candidatura que estamos a elaborar, mas que o concurso já foi lançado para a aquisição, foi um trabalho que foi feito com a região, e, portanto, os meios no domínio da proteção civil, foram os meios que foram do ponto de vista do alinhamento e da resposta, alinhados com o Senhor Comandante Sub-Regional da ANEPC e que foram discutidos com os comandantes e os presidentes de cada uma das corporações de bombeiros da nossa região, também com os gabinetes técnicos florestais de cada uma das câmaras municipais e os serviços municipais de proteção civil e, nomeadamente à questão dos meios, a região e o Conselho Intermunicipal, têm isso claramente assumido. -----

--- Nós cada vez mais temos de trabalhar numa lógica de partilha de meios, numa lógica de complementaridade e numa lógica onde temos de ter uma base logística de meios para poder responder ao território, e, portanto, os recursos não são infinitos e hoje em dia não podemos voltar a ter meios em cada um dos municípios, ou em cada uma das corporações, até porque depois temos de ter pessoas para manobrar esses mesmos equipamentos. -----

--- Na questão que falou, relativamente ao projeto *Comer Bem, Crescer Feliz*, é um projeto de sucesso educativo, é um projeto que está alinhado com as escolas e com os projetos de promoção do sucesso educativo, o que nós temos neste projeto é que identificámos um conjunto de produtos identitários da nossa região, como é a maçã de Bravo Esmolfe, como é a questão dos mirtilos, como é a questão das leguminosas e o que nós trabalhamos é com as escolas, com as cantinas das nossas escolas, e com quem está a explorar as cantinas em cada um dos municípios e, portanto, o projeto está de facto muito centrado nas escolas, porque é de facto um projeto de promoção do sucesso educativo e neste caso, ligado à questão da literacia alimentar e a questão também da alimentação saudável e aqui aproveitando também nós para fazer aqui aquilo que é o trabalho com a produção local, com as nossas cooperativas, na lógica que falei à pouco dos circuitos curtos de comercialização. -----

--- Relativamente ao Senhor Deputado Abel Dias, nomeadamente à questão do projeto *Descobre e Aprende em Viseu Dão Lafões* e a conversa que tivemos aqui um bocadinho antes da Assembleia, dar-lhe nota que de facto nós mudámos um bocadinho os critérios do regulamento, do que foi no ano letivo anterior para este ano letivo, não sei em pormenor, nem de cor os critérios que foram alterados, na altura a equipa da educação da CIM partilhou comigo exatamente a sua visão e eu na altura, de facto, concordei com essas alterações, não só do ponto de vista orçamental, porque o projeto de sucesso educativo não é só o *Descobre e Aprende*, o

Assembleia Intermunicipal

Senhor Deputado António Luís e bem, fez ali uma explanação das várias dimensões e são muitos os projetos que hoje temos nas nossas escolas, com várias dimensões financeiras, e, nestas coisas temos também de ter um equilíbrio entre os vários projetos que vão sendo desenvolvidos em cada uma das escolas. Há um critério que nós mudámos, e acho que era um critério que aconteceu no ano anterior e que nós achámos que não poderia acontecer, nem era esse o espírito do projeto, era os alunos irem para o seu próprio município e, portanto, este projeto é um projeto para descobrir *Descobre e Aprende*, é um projeto para ir conhecer os territórios fronteira e outros territórios da região, e nós em determinados municípios verificámos que os autocarros saíam para visitar coisas dentro daquele próprio município e nós achamos que dentro daquele próprio município não é um projeto intermunicipal, não há mal nenhum que o façam, mas deve ser feito com recurso a outras fontes de financiamento e não relacionado a um projeto, essa foi uma das mudanças, houve outras mudanças mas, obviamente, e a CIM está sempre aberta a isso, e assim o irá fazer, que é, em cada ano letivo fazemos uma avaliação do que correu bem e do que correu menos bem no projeto, e se for caso disso, e se se justificar, e se os diretores das escolas assim também o entenderem, podemos obviamente mudar os critérios ou pensar em outros critérios que sejam mais ajustados, que respondam melhor às escolas e aos nossos alunos e estamos totalmente disponíveis para o fazer.-----

--- Dar nota mais uma vez, um agradecimento a toda a equipa da Comunidade Intermunicipal, pelo esforço, pela dedicação, pelo compromisso. De facto, verificamos aqui, no relatório de gestão e nesta apresentação que foi feita, da dimensão de projetos que a Comunidade Intermunicipal hoje tem, continuamos a ter uma estrutura ainda pequena para a capacidade de grande resposta que temos de dar a todos esses projetos, mas também vem aqui uma proposta de alteração do mapa de pessoal, mas obviamente isto só se faz com grande dedicação e a cada um deles agradecer todo este esforço, porque são eles que todos os dias fazem acontecer na região e na Comunidade Intermunicipal”. -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 33 deputados presentes.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- **Quanto ao terceiro ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2025, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea c) do nº 1 do artigo 23º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Em relação à alteração do Mapa de Pessoal, trazemos aqui uma alteração relativamente ao mapa que foi aprovado em dezembro, por altura do orçamento ordinário. Tem muito a ver com aquilo que acabei de dizer, da necessidade de a CIM também se capacitar, a área dos transportes é uma delas, mas também há aqui uma dimensão na área da coesão social, e, portanto, na área social, não só destes projetos que estamos a desenvolver, nomeadamente da comunidade migrante, mas também ligado à questão da incubadora social e a outros projetos que estamos a desenvolver, aqui também a necessidade de reforçar a equipa da Comunidade Intermunicipal, só este mês, por exemplo, entraram dois técnicos na área dos transportes, nós a partir de julho estamos a gerir um contrato de cinquenta milhões, vamos fiscalizar um operador de transportes e, portanto, são várias áreas de intervenção. O que trazemos aqui à Assembleia, são alguns ajustamentos relativamente ao mapa de pessoal e a necessidade de contratarmos novos técnicos em determinadas unidades orgânicas”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **João Tiago Henriques**, cuja intervenção se transcreve: “só para cumprimentar o trabalho excecional da CIM, e dizer que isto só pode melhorar com mais trabalho, ou seja, mais integração, mais competências, tem sido sempre um discurso que eu regularmente aqui venho ter, acompanhando às vezes o que diz o nosso colega Rui Santos, porque temos de evoluir para uma autarquia regional, ou seja, com mais competências na vida das pessoas, que sejam importantes, que sejam regionalizáveis, nem que por isso nos esforce depois para ganhar massa crítica, em não termos problemas nenhuns em fundirmo-nos com outras da nossa região. Julgo que o modelo regional basicamente que está nas CCDR's talvez seja mastodôntico demais para as realidades que nós precisamos de defender e de juntar demasiadas Comunidades com realidades muito diferentes.-----

--- Talvez nessa altura nós teremos de ter, realmente, um mapa de pessoal maior, um orçamento muito maior, competências muito maiores, porque aí vamos conseguir, porque já provámos que é possível este modelo dar melhor qualidade de vida às pessoas, mas o próximo grande salto, mais importante que outro tipo de saltos, é mesmo um salto organizativo nacional, um salto redefinidor de mapas novamente, porque isto já está a acontecer, só que mais uma vez continua a acontecer no centro de Lisboa, a separação da Península de Setúbal da grande Lisboa, o objetivo não é melhorar a coesão territorial, o objetivo é atrair investimento para a Península de Setúbal, que já é Lisboa. -----

--- Nós temos de estar atentos a esta dinâmica que pode parecer que não tem nada a ver com as contas, mas tem tudo a ver com as contas, porque continuamos a ter um sorvedouro de

Assembleia Intermunicipal

investimento público em Lisboa e a separação da Península de Setúbal da grande Lisboa, porque nós já não temos cinco CCRD's, vamos ter sete, sai do Centro o Oeste e Ribatejo e sai de Lisboa a Península de Setúbal. A partir de dois mil e vinte e sete, os fundos comunitários, vamos nós estar em pé de igualdade com a Península de Setúbal e com Ribatejo e Oeste, quando temos indicadores muito mais baixos e isto para dizer o quê, que é um grande sonho meu, uma certa utopia, mas se se fez o vinte de abril, também se há-de fazer isto. Nós temos de começar a ter métricas destes nossos resultados, comparáveis com as Comunidades dos outros e dizer assim, neste ponto estamos em x, Aveiro está em y, Coimbra está em z, as Beiras estão em d, porque aí podemos ter uma análise do trilho que queremos prosseguir, porque o que nós vamos assistir nos próximos tempos não vai ser uma descentralização, vai ser uma descentralização para os mesmos do costume, Península de Setúbal e Ribatejo e Oeste, que são o quê, são a segunda e a terceira coroa da Área Metropolitana de Lisboa. A primeira é o concelho de Lisboa, a segunda são os concelhos que estão imediatamente confinantes, ou seja, Oeiras, Amadora, Odivelas, Vila Franca de Xira e Loures, e agora já estão na terceira linha, que já vai de Torres Vedras até Setúbal. Isto é que é o centralismo, isto parece quase a Lei de Coriolis que estudamos na física, que é quando se tira um ralo de uma banheira, a água corre sempre para o centro e aqui é igual, estamos a fazer correr novamente tudo para o centro, temos de estar muito atentos a isto, porque senão estas contas todas e estes mapas todos de pessoal que andamos aqui a fazer é para nos irmos entretendo". -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 33 deputados presentes.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

-- **Quanto ao quarto ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da 1.ª revisão orçamental, do exercício económico de 2025, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: "É uma proposta de revisão orçamental, acoplada a esta proposta de revisão temos inclusivamente uma memória justificativa da explanação dos valores onde é aplicado o saldo da gerência anterior e, portanto, houve também uma redução de alguma receita que foi, entre a elaboração do orçamento e o final do ano, houve também receita cobrada e depois está explicado detalhadamente também uma parte da receita consignada e onde é aplicado nas

Assembleia Intermunicipal

Grandes Opções do Plano, quer PPI's, quer atividades mais relevantes de cada um desses saldos de gerência".-----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 33 deputados presentes.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- **Quanto ao quinto ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e ratificação, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da autorização de reprogramação do PPI 2025 e da repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referentes aos anos de 2025 e 2026 para a aquisição de equipamentos para a proteção civil intermunicipal, no âmbito da candidatura a apresentar ao aviso n.º CENTRO2030-2024-37 – Proteção civil e gestão integrada de riscos – ITI CIM, para efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Isto é uma proposta de ratificação, nomeadamente a um projeto que está identificado já no orçamento ordinário, que foi aprovado em dezembro, nomeadamente o projeto que há pouco falei, a propósito da proteção civil, que é Proteção Civil Intermunicipal Viseu Dão Lafões, ITI porque tem a ver com o nosso instrumento territorial integrado, e tem a ver com as verbas que estão previstas no nosso pacto que firmámos com o PO Centro, nomeadamente no domínio da proteção civil e também da resiliência. Portanto, este tem a ver com uma alteração ao PPI, nomeadamente ao plano plurianual desse mesmo PPI, tem a ver com um concurso que a Comunidade Intermunicipal lançou, teve necessidade de lançar, no sentido, de mais depressa possível termos estes meios à disposição da nossa região e dar nota que este projeto e este concurso vêm na sequência daquilo que disse há pouco, que foi um projeto que articulámos com o nosso Comando Sub-Regional e também com as corporações de bombeiros de cada um dos nossos municípios e com os serviços municipais de proteção civil e os gabinetes técnicos florestais de cada uma das câmaras. Aqui um projeto e um conjunto de intervenções sempre numa lógica de partilha de meios e numa lógica de complementaridade aquilo que já existe hoje no território”. -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 33 deputados presentes.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 6 do art.º 34.º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- **Quanto ao sexto ponto da ordem de trabalhos:** Apreciar e deliberar sobre a Proposta do Conselho Intermunicipal de Aquisição dos Serviços de Certificação e Revisão Legal de Contas, por Revisores Oficiais de Contas (ROC) Sociedade de Revisor Oficial de Contas (SROC), nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 setembro. -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 33 deputados presentes. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 6 do art.º 34.º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- **Quanto ao sétimo ponto da ordem de trabalhos:** Listagem dos compromissos plurianuais assumidos, entre o dia 16 de novembro de 2024 e o dia 31 de março de 2025, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 9 de dezembro de 2024, nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve: “Duas notas, a primeira é para dizer que eu quando refiro o Secretário Executivo tenho a noção que o Secretário Executivo é o responsável por uma equipa de trabalho e, eu até conheço mais ou menos a equipa de trabalho, portanto estou a englobá-los todos em relação aquilo que disse. -

--- A outra questão é para dizer simplesmente que esta é a última assembleia deste mandato, em princípio, e por isso mesmo eu queria deixar aqui as minhas saudações e dizer que, apesar com a idade que tenho e que hoje temos todos, já não ser para andar por muitas coisas, apesar de tudo foi para mim uma honra estar aqui e a defender aquilo que é o meu ponto de vista, embora neste mandato um pouco menos interventivo do o que é a defesa de alguns interesses da nossa região e julgo que apesar de tudo foi possível, mesmo com algumas pequenas picardias, hoje podíamos referir-nos aqui ao nosso companheiro e deputado, em relação à questão do Plano Ferroviário, é melhor a gente não falar muito nisso, porque tínhamos de ir muito longe, como tínhamos de ir muito longe em relação à questão dos PEC's e não PEC's 4 e saber porque é que foi ou não foi, quem é que reclamou tanto daquilo que foram a inclusão das medidas, por exemplo no acordo com a Troika, tínhamos de falar no Eduardo Catroga, não vale a pena, já não é altura de estarmos a discutir hoje essas questões, mas apesar destas coisas, sempre foi bom estarmos aqui e podermos trocar opiniões. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Não nos convencemos, a maior parte das vezes, uns aos outros, às vezes talvez nos tenhamos até convencido, mas aparentemente não pode haver esse convencimento nestas coisas e por isso mesmo esperemos que em anos futuros, e a partir de setembro, outubro, provavelmente final de setembro, e, portanto, para o caso deste órgão, em outubro, há-de fazer a eleição e a tomada de posse nas assembleias municipais, espero que quem vier a estar aqui que continue o trabalho que tem sido feito e que o órgão, apesar das questões que já aqui levantámos, quer eu, quer o Tiago levantámos em relação à necessidade de redefinir bem o que é são as Comunidades Intermunicipais e de forma às adequar aquilo que aliás tem sido o seu crescimento de competências, que é evidente e, portanto, que essas pessoas possam contribuir para aquilo que é fundamental, que é o desenvolvimento da nossa região para atingirmos os tais valores mais próximos de outras regiões que têm níveis de produto per capita, quer poder de compra, quer noutras situações, bem acima da nossa, mesmo que eventualmente tenham um ou outro prejuízo.-----

--- Já agora aproveitava isto para deixar para o Senhor Secretário Executivo, pois eu estive a ver e já temos alguma informação do PO Centro 2020, mas por acaso só temos lá mencionados os projetos das empresas, o anterior quadro, por acaso tinha informação sobre os outros projetos candidatados e aprovados, quer municipais, quer intermunicipais, quer no resto. É bom que isso apareça por uma questão de transparência no uso dos dinheiros públicos e para que aqueles que são os habitantes da região, isto não é um problema com a CIM, é um problema ao nível de cima, não é da CIM Viseu Dão Lafões, portanto, eu não estou sequer a apresentar uma crítica à CIM, é bom que a administração pública a nível da CCDR tenha em conta que os munícipes e os cidadãos das regiões têm direito a saber como é que o dinheiro, que é público, é investido e a transparência, temos o exemplo do Portal da Transparência, é fundamental, mas o PO Centro, do meu ponto de vista, devia já ter a funcionar a discriminação, ou então dizer, não há outros projetos financiados”.-----

--- Tomou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Intermunicipal **Cilene Lindinho**, cuja intervenção se transcreve: “Eu também ia fazer uma referência, porque, de facto, esta é a última reunião deste mandato. Para mim foi uma honra estar aqui. Reconheço que não foi fácil, porque estas alturas são muito complicadas, porque eu estou a trabalhar a tempo inteiro e, portanto, não tenho a disponibilidade que às vezes merece. Peço a todos que me desculpem se alguma falha ocorreu, é natural que tenham ocorrido, mas também era a primeira vez que estava aqui e, portanto, não foi fácil. -----

Assembleia Intermunicipal

--- De qualquer das formas, sejam as pessoas que estão presentes, sejam ou não candidatos às próximas eleições, poderemos não estar aqui, não nos voltar a encontrar, portanto desejo a todos muitos sucessos pessoais, profissionais e políticos para quem quiser manter a atividade política. Muito obrigada”. -----

--- Intervenção do Público -----

--- Não se verificou qualquer pedido de intervenção. -----

--- A Senhora Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às dezanove horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pela Presidente da Mesa e pelo Secretário da mesma. -----